

APPENDICE.

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS.

Sessão em 6 de Junho.

CREDITO SUPPLEMENTAR AO MINISTERIO DA MARINHA.

O Sr. José Bonifácio (*movimento de attenção*):

—Sr. presidente, perdão-me o nobre ministro da marinha se eu venho, conviva importuno, interromper por alguns instantes os cantos de triumpho que parecem ressoar ainda em seus arraiaes.

A lei dos contrastes, mais do que uma variedade que deleita, é uma lição proveitosa que se bebe no passado, e que muitas vezes nos aponta melhor caminho no futuro, principalmente para aquelles que, como S. Ex., collocados nas altas regiões, podem medir a distancia dos amigos que ficão e a proximidade dos amigos que vão.

Não venho, Sr. presidente disputar ao governo alguns dias de uma existencia que julgo transitoria (*apoiados da opposição*); venho defender a causa dos grandes principios, causa cuja bandeira o nobre ministro da marinha defendia...

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — E defendo.

O Sr. Godoy: — Não parece.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Na sua opinião.

O Sr. José Bonifácio: — como verdadeiro apostolo, nos dias em que ella fluctuava alegremente em nosso estreito canto de terra, e não nos descampados sem horizonte das altas regiões ministeriaes.

O Sr. Godoy: — Apoiado.

O Sr. José Bonifácio: — Venho, Sr. presidente, defender a verdade dos orçamentos tantas vezes pregada nesta casa; venho ainda defender a causa das altas prerogativas parlamentares, mais uma vez falseada pelo credito que se discute; credito que deve ser reputado uma das consequências fataes dessas doutrinas apregoadas no recinto desta camara e no recinto do senado.

Dous motivos especiaes me chamão á tribuna: — a importancia da materia, e a especialidade das circumstancias que nos cercão neste momento.

A importancia da materia, porque o paiz oscilla hoje entre os extremos funestos de um dilemma assombroso, augmento das despesas, estragos das finanças.

O Sr. Godoy: — Apoiado.

O Sr. José Bonifácio: — E em taes conjuncturas, quando as difficuldades crescem todos os dias, quando já não se aponta o termo da guerra, quando, finalmente, os nobres ministros pedem creditos sobre creditos, annunciando em seus relatorios que devemos contar com despesas incalculaveis, é justo que o direito de exame se exerça com mais largueza na proporção do crescimento das despesas; porque a economia é um dos meios não só de diminuir o deficit que nos ameaça, como de poupar os encargos do futuro.

Ora, é o nobre ministro da marinha quem nos diz em seu relatorio, contrariando as proposições de um dos honrados chefes da maioria, deputado por Minas-Geraes, que as despesas dos serviços a seu cargo, no

exercício de 1865 a 1866, importão em muito mais de 17,000:000\$. E' o nobre ministro da marinha quem se encarregou de demonstrar em o seu relatorio que o limite, o maximo de taes despesas ainda não lhe é conhecido, posto que possa affirmar desde já que excederá a somma pedida até hoje.

Peço á camara que me desculpe se tenho de interromper a serie de minhas reflexões, recorrendo aos documentos incontestaveis que me fornece o proprio ministerio.

Eis-aqui, senhores, o calculo feito pelo nobre ministro da marinha em o seu relatorio:

« Credito votado para as despesas deste exercicio de 1865 a 1866	7,506:594\$320
« Creditos extraordinarios votados pela lei de 26 de Junho de 1865. . . .	5,994:000\$000
« Credito pedido pelo nobre ministro actualmente	4,914:000\$000

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — A applicar.

O Sr. José Bonifácio: — Tenha paciencia, espere a conclusão.

O credito que o nobre ministro da marinha pede hoje e aquelle que já applicou em parte são para as mesmas despesas, com a unica excepção de uma verba.

A lei de 26 de Junho de 1865 teve em vista as seguintes verbas: — Força naval, material, arsenaes, eventuaes e extraordinarias. — E o credito que o nobre ministro pede hoje é para todas estas verbas, á excepção da de—Força naval (*Id.*)

« Por conta dos 5,994:000\$ votados para as despesas extraordinarias da marinha de guerra gastou-se já, segundo os dados de que ha conhecimento na contadoria, a quantia de 4,922:706\$215, podendo-se desde já prever que o decretado não será sufficiente para acudir a todas as despesas. »

Logo, além deste credito, e além daquelle que o nobre ministro pede hoje, S. Ex. nos annuncia já um novo pedido!

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Não ha tal; isto é em relação ao que está despendido.

O Sr. José Bonifácio: — O nobre ministro da marinha refere-se ao credito que está sujeito á discussão, e no final do mesmo capitulo do seu relatorio refere-se ao credito já applicado, declarando que por conta deste credito gastou já parte da quantia votada, e que pôde já prever nova despesa. Esta previsão não pôde concernir ao credito que discutimos: 1º, porque delle trata antes o nobre ministro e o calculou; 2º, porque o credito extraordinario já gasto em parte não impedia o novo pedido, e foi cercado da sua demonstração, por isso mesmo defeitosa; 3º, porque o relatorio contraria a S. Ex.

Aceto, porém, a declaração que acaba de fazer o nobre ministro. S. Ex. não pedirá mais credito algum além destes dous.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Perdão, hei de pedir se for necessario; não ha nisto contradicção.

O Sr. José Bonifácio: — Ah! valha-nos a reserva!

Em todo o caso o relatório do nobre ministro, depois de referir-se ás leis de 28 e 26 de Junho de 1865, e de calcular o deficit, considerando só a despesa ordinaria pedindo a nova authorisação que discutimos, termina assim, em relação ao credito extraordinario que separou do seu calculo: « *podendo-se já prever que o decretado não será sufficiente em algumas verbas para acudir a todas as despesas.* » Logo, o nobre ministro, contrariando o pensamento de um dos distinctos chefes da maioria, reconhece que, além das despesas autorisadas, e já pedidas mas não autorisadas, novo credito se pedirá para as necessidades da guerra. Portanto, podemos, com authoridade de S. Ex., afirmar que a despesa excederá a 17,000:000\$000.

Uma Voz: — Se fôr preciso ha de se gastar, boa duvida!

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Póde ser que não tenha necessidade de applicar o credito supplementar.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Que se despenda o necessario —ninguém querará o contrario. Todos, porém, devem pedir contas ao nobre ministro, e o exame tanto mais cuidadoso deve ostentar-se quanto maior o sacrificio. Estou mostrando, portanto, que o actual pedido encerra um credito futuro, e que este credito, previsto por S. Ex., importa a annullação dos raciocinios de quem pretende reduzir a despesa ás proporções apontadas. E' o nobre ministro quem o diz, apreciando todos os elementos conhecidos: — o decretado não será sufficiente.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Não vejo o embaraço que o nobre deputado encontra nisto.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Se o nobre ministro prevê desde já que não é sufficiente o que se pede e o que se pede, também desde já prevê que ha de pedir outro credito.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Para certas verbas.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — As verbas do credito aberto pela lei de 26 de Junho de 1865 são — Força naval, material, arsenaes, eventuaes e extraordinarias. — Formularei uma pergunta: a qual destas verbas se refere o nobre ministro quando prevê a necessidade de pedir novo credito? A todas, a uma ou a algumas?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — A quella em que faltar o dinheiro.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Mas o nobre ministro deve saber, porque prevê.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Nesta materia só se póde orçar assim.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — O nobre ministro não comprehende a minha argumentação.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Talvez! Póde faltar em uma, ou em mais de uma; não tenho a presciencia divina.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Pelo relatório do nobre ministro da marinha demonstra-se evidentemente que a despesa dessa repartição ha de ser maior do que aquella que foi declarada.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — E' possível.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Quem prevê não diz que é possível, e sim claramente que se ha de gastar mais.

Possível é o que se póde dar; a previsão é outra cousa, deve ter bases. A minha pergunta é, pois, clara e tem por fim destruir asserções inexactas.

O Sr. AFFONSO CELSO: — O que eu quize mostrar foi que não era exacta a somma de 22,000:000\$ de que fallou o nobre deputado pelo Pará.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Não são capazes de demonstrar desperdício algum praticado por mim.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — O aparte não vem ao caso. Continuemos no calculo: Credito ordinario — 7,506:594\$320; credito extraordinario já votado, quasi esgotado — 5,994:000\$; credito extraordinario em discussão — 4,914:857\$989. Somma total — 18,415:452\$309. Mas o Sr. ministro assegura segundo o que prevê pelos dados da contadoria, que precisará de novo credito extraordinario, além de outro supplementar para — Obras —, se, como espera, não houver sobras.

Mas em que se baseia a esperanza do nobre ministro? Porque suppõe S. Ex. que na verba — Obras — o deficit poderá ser diminuido pelas sobras de outras verbas?

Confesso ao nobre ministro que não comprehendo esta seguridade; parece-me que contraria os seus actos. Entre a sua palavra escripta e os creditos discutidos e por discutir — ha um abysmo. Diga-nos S. Ex. quaes são as verbas do orçamento de 1865 a 1866 em que espera sobras para occorrer ao deficit na verba — Obras —, como diz em o seu relatório?

Ha serviços fixos, determinados em lei, e cujas quantias têm de ser forçosamente despendidas; ha outros que são variaveis por sua natureza, taes como os que estão dando lugar a estes pedidos do nobre ministro da marinha.

Eu percorro o orçamento de 1865 a 1866, analyso as tabellas, encaro os serviços e a lei que os autorisára, e fico pasmo da asserção. Para as despesas variaveis pedis augmento; nas despesas fixas a economia é impossivel na época actual, e ainda os vossos creditos indirectamente o demonstrão com o chuveiro de gratificações que por ali vão; não se poupa ao menos neste sentido, e no entanto diz-se: Haverá sobras!

Em que verba, pois, o nobre ministro espera sobras? Em nenhuma, se a lei fôr respeitada.

Portanto, aos elementos conhecidos deve a camara acrescentar com certeza dens creditos, um para obras, outro para os gastos extraordinarios da guerra. A quanto subirá? Eu creio que o modo por que se estão fazendo as despesas e o calculo conhecido autorisáo-nos a esperar pelo menos uma despesa adicional de 6,000:000\$000.

E, pois, concluo eu que na marinha temos o direito de calcular com toda a certeza que a despesa do serviço feito e por fazer excederá sem duvida nenhuma de 22,000:000\$. Quanto a mim, estou convencido de que as despesas da marinha em 1865 a 1866 hão de ir além de 25,000:000\$000.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — O que importa mais é provar-se o máo emprego do dinheiro. Esta é a grande questão.

O Sr. FRANCO DE ALMEIDA: — Os ministros virtuosos estão fóra de questão.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Estou demonstrando que, sendo excessiva a despesa, mais uma razão se dá para que a representação nacional exerça com maior escrupulo e cuidado o direito que lhe compete de fiscalisa-la; porque devemos curar não só de crear novas fontes de receita, como de economisar, o que é um poderoso meio para attenuar os encargos do thesouro. (Apoiados.)

Eu disse que, além da importancia da materia, chamava-me á tribuna a especialidade das circumstancias.

Sr. presidente, quando eu vi encerrar-se a discussão do orçamento da marinha sem que o nobre ministro fizesse ouvir (apoiados) a sua palavra prestigiosa, pareceu-me que através dos mares e das ondas aquelles que nobremente se sacrificavão pela causa nacional dizião a S. Ex.: « Pensei em nós enquanto nos batemos em defesa do paiz. »

Parecia-me que avoz do dever impunha-lhe a obrigação de ouvir-nos e socegar-nos, explicando seus actos.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Eu já fallei, embora não merecesse a attenção do nobre deputado.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Ainda uma razão, posteriormente suscitada, atrava-me á discussão. Factos recentes que se acabão de passar, e que eu julgo necessario recordar neste momento com applicação ao credito, exigião mais clareza nos nobres ministros e maior cuidado na camara. Não deviamos querer novos arcos triumphaes.

Uma resolução sobre o orçamento foi votada nesta camara: foi combatida sob dois pontos de vista — como inconstitucional, como defectiva. Inconstitucional, porque não limitava o tempo; defectiva, porque não offerencia ao governo recursos nas circumstancias extraordinarias em que se achava o paiz.

Nem o ministerio nem a commissão mandarão emenda a tal respeito; pelo contrario, o ministerio e a maioria

declararão que a resolução tal qual se apresentára era perfeita, fornecia ao governo todos os meios necessários. (Apoiados.) E' este o valor do seu voto.

Esta resolução foi para o senado. Travou-se a discussão no mesmo terreno, e uma emenda foi offerecida, emenda que traduzia os dous pensamentos já referidos. Não se lhe deu o caracter de opposição ao governo, como na terceira discussão nesta camara a emenda renovada—não o foi com esse caracter.

No primeiro dia o Sr. ministro da fazenda aceitou a emenda que no senado fôra offerecida. (Apoiados.) No segundo dia o Sr. ministro da fazenda recusou a emenda sem distincção alguma. (Apoiados.)

A successão dos factos não pôde ser explicada sem a existencia de um prévio accordo ministerial. No primeiro dia o Sr. ministro da fazenda tinha exposto a sua opinião; no segundo dia expoz a opinião do governo, recusando a emenda *in totum*, sem distincção alguma. Recusou-a em nome da dignidade do governo. (Apoiados.)

Tendo-se assim passado as cousas, alliadas do proprio governo, como, por exemplo, o Sr. conselheiro Zacarias, votarão a favor da segunda parte da emenda por entenderem que era erronea a doutrina que havia sustentado o Sr. ministro da fazenda, que o art. 15 do orçamento de 1865 a 1866 não dava ao governo o direito de usar de recursos extraordinarios, visto como a lei só tinha em mira o caso de deficiencia nas verbas votadas. (Apoiados.)

Os nobres ministros votarão de conformidade com o pensamento do seu collega, a emenda passou no senado e veio a esta camara, onde ninguem pediu a separação das idéas que continha. Cahio a emenda; realizou-se a fusão.

Foi com pasmio que vio-se emendada a resolução que pelo governo foi julgada sufficiente (apoiados), e que o mesmo governo tinha arrancado á confiança da maioria.

O Sr. DANTAS:—A segunda parte da emenda seria aceita se o regimento permitisse.

(Ha outros apartes, e o Sr. presidente reclama attenção.)

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—Eu queria expôr os factos pela applicação futura, que podem ter as desculpas invocadas, ao credito de que se trata. A razão por que o governo aceitou a emenda na segunda parte, sejamos francos e entendamos-nos, foi a seguinte: na primeira parte o governo tinha a certeza de maioria, quanto á segunda parte estava convencido de que a não teria.

(Cruzão-se apartes que cobrem a voz do orador, e o Sr. presidente continúa a reclamar attenção.)

Não posso continuar sem dirigir-me a V. Ex. Ouço dizer que o regimento prohibe, quando venha do senado alguma emenda contendo idéas distinctas, a separação das suas diversas partes. Não aceito semelhante affirmção. Se vier do senado uma emenda comprehendendo idéas distinctas, não haverá no regimento regra, mediante a qual o deputado que quizer votar por uma idéa e deixar de votar por outra o faça livremente? (Apoiados.) E' impossivel.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Não se pôde dividir.

O Sr. FRANCO DE ALMEIDA:—Isso foi descoberta do Sr. Zacarias. Qual é o artigo do regimento que o prohibe?

(Ha outros muitos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE:—Attenção!

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—Não me dirijo de balde a V. Ex. Eu posso, Sr. presidente, querer offerecer uma emenda a este credito; e por isso precisava pedir ao nobre ministro que me declare se, offerecida emenda, fôr ella rejeitada de accordo com o governo, sendo reproduzida no senado e vindo depois para esta camara, o ministerio aceita-la-ha? Neste caso melhor seria que fosse logo daqui emendado o projecto.

Desejava que V. Ex. declarasse se, no caso de ser o projecto emendado no senado, e de maneira que a emenda comprehendea duas idéas distinctas, tenho ou não o direito de pedir a votação por partes; porque, se não tenho, esse direito, quero, em occasião opportuna, pedir

que se revogue essa disposição do regimento. Se o senado pôde separar as idéas, porque não o poderemos nós tambem?

O Sr. PRESIDENTE:—O art. 155 do regimento estatue mui terminantemente que não é lícito fazerem-se emendas ás emendas do senado. Entretanto o art. 189, na sua 2ª parte, com referencia a proposições distinctas contidas em um só artigo, estatue com a mesma evidencia a votação por partes, com excepção unica das resoluções das assembleas provinciaes, que se votão em globo.

Ora, como a idéa da votação separada não contém implicitamente a de emenda, entendo que os dous artigos do regimento a que me referi são perfeitamente conciliaveis.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—Escutarei o credito pedido sob tres aspectos: a legalidade, a necessidade e a conveniencia.

A lei de 9 de Setembro de 1850 no art. 41 § 2º expressa-se do seguinte modo: « Quando as quantias votadas nas rubricas da lei do orçamento não bastarem para os serviços a que são destinadas e houver urgente necessidade de satisfazê-los, não estando reunido o corpo legislativo, poderá o ministro antearisa-las, abrin-do para esse fim creditos supplementares. »

Nas mesmas, condições acrescenta o § 3º e com as mesmas formalidades, poderá o governo abrir creditos extraordinarios para occorrer a serviços urgentes e extraordinarios que não podem ser previstos. Coherente com a doutrina exposta, se reunido está o corpo legislativo, é preciso prévia autorisação, salvo os casos do § 4º. Respeitando o principio fundamental da lei de 1850, mas corrigindo-lhe os abusos, a lei do orçamento de 1862 limitou os creditos supplementares ás verbas em que as despesas são variaveis, para cujo fim o ministerio da fazenda deve juntar uma tabella ao seu relatorio.

São, pois, os caracteres do credito supplementar—deficiencia da verba votada, urgencia de serviço. Pelo contrario, são os caracteres do credito extraordinario deficiencia ou falta absoluta da verba, urgencia de serviço extraordinario ou imprevisto....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—Applicando os principios, qual a natureza do credito pedido? Sem duvida alguma é um credito extraordinario e não supplementar, como claramente o indica a proposta do Sr. ministro, justificando-o.

Com effeito, o credito pedido é credito extraordinario: 1º, porque contém as condições marcaças na lei; 2º, porque a lei de 1862 não admite creditos supplementares senão a respeito de despesas por sua natureza variaveis, e a verba—Arsenaes—contida no pedido do nobre ministro não está incluída na tabella apresentada no relatorio da fazenda; não é, portanto, variavel.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—E os operarios?

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—Extraordinariamente podem variar, mas neste caso mais um motivo descubro para demonstrar o erro da classificação, erro cujos resultados se manifestão na demonstração de S. Ex. Pelo o relatorio do nobre ministro.

(O orador é satisfeito.)

Não ha creditos supplementares senão para as despesas ordinarias. O numero de operarios pôde variar, mas varia em consequencia de circumstancias extraordinarias, e as circumstancias extraordinarias é que determinão os creditos extraordinarios....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—Eu sei o que são credito extraordinario e supplementar.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—Sabe? Pois eu vou mostrar o que o nobre ministro da fazenda diz. (Lê.) « Tabella exigida pelo art. 12 § 1º da lei de 9 de Setembro de 1862.—Ministerio da marinha.

« Força naval: pelas comedorias e gratificações concedidas a officiaes e mais praças em portos estrangeiros, assim como pelas maiorias dobradas aos officiaes que servem no Amazonas e Mato-Grosso.

« Material: pelo sustento, tratamento e curativo das guarnições de navios da armada, e pelos casos fortuitos de avarias, naufragios, alijamento de objectos ao mar, etc.

« Despesas extraordinarias e eventuaes: por differenças de cambio e commissões de saque, premios de engajamento de artistas, engajamento e recrutamento de praças e menores, tratamento de praças em portos estrangeiros e em provincias onde não ha hospitaes ou enfermarias, e preço de fretes. »

Portanto, o credito, envolvendo a verba — Arsenaes —, não pôde ser supplementar sem infracção de lei. O nobre ministro da marinha o reconhece em mais de uma peça official.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Isso foi não fazendo grande importancia da questão, isto é, não dando importancia á denominação do credito, porque isto é indifferente desde que se sabe a applicação.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Não é assim; tanto que V. Ex. no seu relatorio, e na mesma proposta, denomina credito extraordinario. Está, pois, defendendo uma denominação que não é sua, é da commissão....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Que eu aceito.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Aqui está a proposta do nobre ministro, e eu não lerei toda para não cansar a camara. (Lê.)

« A urgente necessidade de acudir de prompto e efficazmente a tudo quanto pudesse interessar á guerra em que o paiz se acha empenhado, e para cujo termo o governo imperial tem envidado os seus maiores esforços, como lhe cumpria, obrigou o mesmo governo a fazer despesas extraordinarias, e que impossivel era estarem previstas no orçamento.

« O augmento de operarios, que se elevou quasi ao dobro do numero marcado para as differentes officinas do arsenal, no intuito de occorrer aos muitos fabricos dos navios da armada, á construcção de canhoneiras encouraçadas, á fundição de artigos bellicos, despesas que correm pela verba — Arsenaes —; a encomenda feita no estrangeiro de outros encouraçados, a compra de dous transportes a vapor e de consideravel quantidade de carvão de pedra, madeiras, cabos, lonas, polvora, artilharia, munições de guerra, de boca, e outros muitos artigos, cuja importancia tem de sahir da verba — Material —; e ainda mais as gratificações abonadas a praças engajadas para o serviço da armada, passagens e ajudas de custo concedidas a officiaes, marinheiros e operarios, fretes de navios, tratamento de praças fóra dos hospitaes, differenças de cambio, e outros gastos não previstos, que estão incluídos na verba — Eventuaes —; taes são, em resumo, as causas que motivarão as avultadissimas despesas que não foi possivel cortar. »

Ha nada mais claro? Pois despesas provocadas pela guerra, que não podião ser previstas no orçamento, dão lugar a creditos supplementares?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Isso não tem alcance nenhum para a questão; é uma questão de palavras.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Veremos....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — E' questão de *lana espinha*.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — O relatorio do nobre ministro é mais expresse ainda: (Lê.) « Para supprir este deficit, motivado por despesas urgentes e imprevistas, que apparecerão no correr do exercicio, pedio-se um credito extraordinario. »

E', pois, certo que da natureza da despesa e do exame feito se reconhece que o nobre ministro pede um credito para circumstancias extraordinarias. E' ou não, Sr. presidente, essencial essa differença entre credito supplementar e extraordinario? Sem duvida, porque a lei de 1850 e de 1862 determinão que os creditos supplementares fação parte da lei do orçamento, pois o credito suppletar é justamente o supprimento que se faz para as despesas do serviço ordinario, e os creditos extraordinarios têm uma existencia á parte, pois têm em mira despesas não previstas, que não podião ser calculadas. Daqui resulta a disposição do § 8º do art. 14 da lei de 1850; o credito supplementar é classificado por ministerio e na rubrica respectiva; o extraordinario tem

rubrica especial; os primeiros têm no balanço columnas especiaes em correspondência com as rubricas da lei; os segundos têm rubricas additivas. Fazemos uma applicação.

Como é que o nobre ministro da marinha ha de calcular a indemnissão de guerra com o Paraguay senão separando o que é ordinario do que é extraordinario....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Isso é facil.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — E' facil! Os creditos supplementares são escripturados no mesmo orçamento. Se este credito é supplementar, não pôde entrar como elemento de calculo na indemnissão de guerra.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — V. Ex. quer salvar a commissão, que classificou de supplementar aquillo que V. Ex. classificou de extraordinario....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Eu não ligo importancia a isso, é uma questão de palavras.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — O credito extraordinario, por virtude da lei, deve ser escripturado á parte, além de que o nobre ministro não deve inventar uma linguagem especial para o seu uso; a lei é clara.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Sr. presidente, ou o nobre ministro reconhece que ha creditos mixtos na legislação, ou o seu credito é extraordinario.

Se é um credito extraordinario aquelle que S. Ex. pede, e se já havia um credito extraordinario votado antes pela lei de 26 de Junho de 1865, segue-se que é elemento necessario para conhecimento do deficit, não só o credito ordinario votado, como tambem o extraordinario. Na demonstração de S. Ex. devião constituir os dous creditos a quantidade da qual se subtrahissem os gastos feitos. A proporção indicaria o elemento desconhecido.

Tornemos claro o pensamento. Pelo credito ordinario votou-se: — para material — 2,150:000\$, para despesas eventuaes e extraordinarias — 200:000\$, para arsenaes — 1,560:785\$132. Pelo credito extraordinario concedido pela lei de 26 de Junho de 1865 votou-se: — para o material — 3,780:000\$, para eventuaes — 600:000\$, para arsenaes — 300:000\$000.

Portanto, desprezadas as fracções, temos o seguinte resultado: — material — 5,938:000\$, eventuaes — 800:000\$, arsenaes — 1,850:000\$. Calculando só com o credito ordinario, o nobre ministro supprime uma parcella essencial que entra na somma feita por mim, e da qual deve extrahir o que se gastou, para que nós possamos tambem calcular o deficit. Esta proposição, que estabeleço unicamente segundo os principios geraes, o nobre ministro a estabelece em seu relatorio.

O seu primeiro erro conduz a um segundo.

Se o pedido do nobre ministro tem por base sómente a differença entre o credito ordinario e a despesa a fazer, que papel representa em seu calculo a sobra de mais de mil contos, differença entre 5.994:000\$, credito votado pela lei de 26 de Junho de 1865, e a despesa feita por conta do mesmo credito 4,922:706\$215? Em que os empregará o nobre ministro?

Estes mil contos, supprimidos da demonstração do nobre ministro, augmentão os meios á disposição de S. Ex. O credito a que me refiro foi concedido para força naval, arsenaes, extraordinarias, e material. Salvo a primeira verba, tudo mais é identico ao pedido de hoje. Por que processo o nobre ministro, tratando das mesmas despesas, concluiu: estas correm pelo credito extraordinario já votado; estas ficam para o outro que vou pedir?

Logo, calculando só com o credito ordinario, o nobre ministro affirma proposições que por si só não bastão, que nada significão, servindo apenas para confundir tudo.

A demonstração é falha e inintelligivel. Ninguém a poderá explicar. Das quantias votadas até hoje para arsenaes, material e despesas extraordinarias, uma parte não entrou em linha de conta, e no entanto é o proprio nobre ministro quem diz: — ainda tenho sobras que lei de empregar.

Contrariando seu proprio calculo, S. Ex. exclamou

em seu relatório: afóra o crédito ordinario e extraordinario votados, afóra este que vos peço, as verbas—Arsenales, Material, e Extraordinarias—, desde já vos affirmo, dão lugar a novo pedido! Qual é pois a base da sua proporção? Para S. Ex. as probabilidades de hoje já não são probabilidades, elle tem certeza que gastará mais.

O seu primeiro erro vai longe: perde-se no desconhecido e no vago....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—A minha questão não é esta; dou ao nobre ministro mais, se quizer e for necessario; a minha questão é outra; ha dois elementos no calculo do nobre ministro—despesa conhecida e despesa desconhecida.

Para conhecer a segunda, o nobre ministro calcula com a primeira. Mas nestes dois elementos concordão forçosamente todos os creditos votados para os serviços em que ha deficiencia, motivo do novo pedido. Este, pois, tem necessariamente por base o conhecimento dos meios á disposição do governo e das necessidades a satisfazer. A confrontação indica o deficit. Não foi isto que se fez.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá outro aparte.

O Sr. JOÉ BONIFÁCIO:—Não comprehendendo a distincção do nobre ministro!...

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá ainda um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—Então no seu credito ha duplicata.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—E' o equivoco de que parte V. Ex.; faz-se a despesa conforme o cofre donde sahe; umas são pagas pelo thesouro, outras pela contadoria.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—O nobre ministro não percebeu a minha argumentação. O credito que se votou em 26 de Junho de 1865 foi para essas mesmas despesas, salvo força naval; por conseguinte, sãa donde sahir a despesa, o raciocinio é o mesmo. Concluemos o raciocinio para mostrar a insufficiencia da demonstração; quaes as despesas pagas pelo credito votado por esta camara, e quaes são as despesas por pagar? O defeito que em geral se nota nas tabellas da contadoria cresce em proporção, porque a camara vai ver o modo cerebrino—por que se respeitão os proprios principios das taes tabellas demonstrativas.

Em todas ellas ha dois elementos—despesa conhecida e despesa desconhecida—; é sobre o calculo da despesa conhecida que se calcula a despesa provavel a fazer-se; logo, a respeito dos creditos distribuidos ás provincias quanto á verba—Material—, por exemplo, o nobre ministro devia seguir a mesma regra, isto é, deduzir a despesa conhecida para ver se o que restava era bastante. Não foi assim que S. Ex. procedeu. O nobre ministro calculou como se effectivamente não pudesse gastar nem mais nem menos do que a quantia distribuida, e assim subtrahio da quantia total votada para material no credito ordinario o que distribuiu a cada provincia, a saber: 180:000\$ á Bahia, 130:000\$ a Pernambuco, 120:000\$ ao Pará, 110:330\$ ao Rio-Grande do Sul, 27:668\$ a Santa-Catharina.

Ora, pergunto ao nobre ministro em nome de suas bases de calculo: quanto se gastou nas provincias? E' a despesa conhecida que deve determinar o pedido de S. Ex. Por que calcula como se essas quantias distribuidas devessem entrar como despesas certas e inevitaveis em sua demonstração?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—Não é o nobre ministro mesmo que nos diz—gastámos até hoje tanto e gastaremos tanto, liquidado o exercicio? Como a respeito do credito distribuido ás provincias o nobre ministro diz—a quantia distribuida é tal, sem distincção da despesa realizada e daquella que se deve realizar?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá ainda um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—Se o credito não tem relação com a despesa das provincias, tanto peor para V. Ex., que na sua demonstração dellas tratou.

Mas, Sr. presidente, eu tenho fundada razão para

affirmar não só que o nobre ministro tinha meios de nos fornecer os esclarecimentos preciosos, como até que a despesa não deve elevar-se á somma determinada nas tabellas.

A relação entre as verbas—Material e Arsenaes—é tão immediata que em regra—quando uma baixa, a outra baixa tambem; quando uma augmenta, a outra augmenta igualmente.

Ora, em referencia á verba—Arsenaes—as tabellas que servirão de base ao voto do corpo legislativo determinavão as quantias que vou ler, e essas quantias admittidas na votação forão diminuidas na distribuição que fez o ministerio da marinha.

Aqui vão as differenças, para que a camara as aprecie bem. Para o arsenal da Bahia dava o orçamento de 1865—1866, 251:843\$604, e o Sr. ministro distribuiu 202:236\$910. Para o de Pernambuco distribuiu a tabella 108:833\$194, e o Sr. ministro deu 103:382\$935. Para o do Pará a tabella dava 116:047\$454, e o Sr. ministro distribuiu 95:703\$875. E assim por diante. A economia, portanto, feita sobre a quantia orçada e aceita é evidente.

O que fez o governo de cerca de cem contos economizados sobre os creditos que se tinham concedido a essas provincias, e que entrão como um elemento necessario na verba votada para o orçamento geral? O credito ordinario votado pelas camaras teve em vista os dados fornecidos pelo ministerio da marinha.

A segunda razão que offereço para demonstrar a diminuição que indiquei está em que as provincias gastarão menos; a força naval ahí diminuiu, porque concentrou-se no Rio da Prata; e por isso o calculo feito para a distribuição, quanto ao material, devia decrescer forçosamente.

Não podia, portanto, a demonstração do nobre ministro considerar como parcella a subtrahir em sua integridade as quantias que para a compra de material distribuiria. É noto que a respeito de arsenaes o que parece ter-se dado é que diminuindo-se a despesa nas provincias, augmentou-se a do arsenal da cõrie.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—Mas era isto o que o nobre ministro devia dizer no seu credito. A lei de 9 de Setembro de 1850 e a do orçamento de 1862 exigem a respeito de creditos que os ministros forceção ao corpo legislativo—exposição escripta e demonstração; esta palavra demonstração é equivalente á phrase empregada pelas leis de orçamento de 33 e de 48 que dizão—conta comprovada. Não basta que o ministro diga: gastou-se tanto; quando se trata principalmente de despesa importante, quer se que haja, além da demonstração arithmetica, o titulo da legitimidade da despesa. Supponhão-se contratos em grande escala; como ha de o corpo legislativo julgar desses contratos se tudo ignora? Proceder assim não é examinar; o voto podia, sem perigo, ser dispensado.

Decerei á analyse de cada uma das verbas do credito do nobre ministro. Este exame será precedido do seguinte principio, que, eu creio, S. Ex. aceitará: desde que entrou como elemento no calculo a despesa conhecida e a despesa desconhecida, segue-se que o numero das parcellas das despesas desconhecidas deve ser igual ao numero das parcellas das despesas conhecidas, aliás a razão de proporção não poderá ser descoberta.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA dá ainda outro aparte.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—Creio que o motivo é claro. Supprimido um termo, nem mesmo arithmeticamente a demonstração tem valor: é uma affirmação sem base.

A verba—Material—(quantia conhecida) para abastecimento do almoxarifado da marinha até o fim de Dezembro é de mil quatrocentos e tantos contos; esta parcella é igual ao que se tem de gastar, donde concluo que neste caso a proposição é a seguinte: até metade do exercicio gastou-se tanto; logo, na metade seguinte gastar-se-ha outro tanto.

Mas se esta é a razão da parcella que analyso, o que dizer a respeito das outras?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—E' conforme o serviço e as circumstancias.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—Então o nobre ministro é

obrigado a declarar-nos a natureza do serviço e a especialidade das circumstancias, e eu devo tirar outra conclusão; o nobre ministro nas suas tabellas e na sua exposição não fornecer á commissão que lavrou o parecer esclarecimentos bastantes para fundamentar o credito que nos pede.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Forneci todos quantos me pedirão; a commissão que o diga.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Mas, se o nobre ministro entende que a esse respeito nos deu esclarecimentos necessarios, formularei outra augmentação.

O SR. MINISTRO DA MARINHA dá ainda outro aparte.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Não contesto que não temos tribunal de contas, por isso mesmo é uma razão de mais para que o corpo legislativo seja severo nestas discussões. Nos paizes onde ha tribunal de contas, onde os orçamentos são uma verdade, pôde ser explicavel o menor grão de severidade; mas entre nós é difficil comprehendê-lo! Não ha exemplos talvez iguaes aos dos nossos exames.

Esta verba de mil quatrocentos e tantos contos, que deve aliás duplicar, pôde referir-se a contratos de alguma importancia: entretanto temos os dados necessarios para a discussão? Quaes são elles? Não sei.

A segunda verba, supprimento de generos e carvão é 75:000\$. Ainda a respeito desta quantia não sei se ha contratos, quaes as condições desses contratos, nem até onde chegam as forças dells. Se ha contrato, perguntarei ainda, qual é a verba correspondente, qual o termo de comparação? Não o encontro, visto como a que lhe é correspondente, despesa desconhecida mas calculada, é de 65:514\$867. Acresce que a demonstração varia no modo de expressar se, de modo a confundir-se.

« Concerto de instrumentos, consumo de gaz, etc. » Na despesa conhecida não se falla em algumas dessas cousas, que deverião entrar como elemento para o calculo, é todo que desafio a quem quizer a descobrir a relação; porque se compara-se quantidade a quantidade, fica-se em duvida se o objecto do serviço é em tudo o mesmo; se compara-se o objecto do serviço com objecto de serviço, fica-se em duvida qual a relação das quantidades comparadas.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Não digo que a este respeito chegámos ao grão de perfeição que é para desejar; ha muita cousa ainda a melhorar, a aperfeiçoar, mas assim mesmo houve perfeição, houve progresso nesta parte.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Ha um meio unico de explicar a existencia de quatro verbas quanto ao elemento conhecido, ao passo que existem cinco quanto á despesa desconhecida; a contadoria englobou em uma ou mais parcelas quantidades que estavam distinctas na columna das despesas conhecidas. É um erro que produz confusão. Não sou exagerado: comparaí as verbas, collocando o conhecido ao lado do desconhecido, e applicai a relação, se o puderdes. Ei-las: (Lê.)

« Processos remettidos para o thesouro, por onde tem de realizar-se o pagamento, a saber:

« Conhecimentos em forma pelo material adquirido para abastecimento do almoxarifado de marinha até o fim de Dezembro de 1865. 1,471:313\$078

« Diversos processos, como sejam concertos feitos no vapor *Princesa* e nos instrumentos e relógios dos navios da armada e de diversas estações, feitiço de cartuxame, bem como supprimento de generos, carvão e madeiras que não são entre-

gues no almoxarifado, e outras despesas.

75:398\$777

« Documentos processados e pagos pela pagadoria da marinha, até o fim de Dezembro de 1865, provenientes de rações abonadas aos officiaes empregados nos corpos, compras de verduras para os navios e despesas miudas do comprador, attendida a despesa a annullar...

18:137\$072

« Idem pela legação de Londres com o pagamento das rações e cêra aos officiaes que estão em commissão na Europa, e de outras despesas com diversas encomendas para os arsenaes, navios da armada e outros objectos para abastecimento do almoxarifado de marinha

51:790\$446

1,616:639\$373

263:932\$213

« Adiciona-se:

« A despesa a fazer-se até o fim do exercicio de 1865 a 1866, calculada proporcionalmente, segundo a despesa conhecida, a saber:

« Supprimento de generos ao almoxarifado de marinha de Janeiro a Junho de 1866, por meio de conhecimentos em fôrma.

1,471:313\$078

« Concertos de instrumentos, consumo de gaz, lavagem de roupa e outros serviços.

65:514\$867

« Ração aos officiaes dos diversos corpos da marinha, compra de verduras e despesas a cargo do comprador

42:330\$946

« Acquisição do material necessario aos navios nas aguas do Prata

418:635\$120

« Para o pagamento das rações e cêra aos officiaes em commissão na Europa desde Outubro de 1865 a Junho de 1866, bem como do resto das encomendas feitas no estrangeiro para abastecimento das secções do almoxarifado e outros necessarios ás officinas de machinas, navios, etc.

1,890:797\$412

3,888:641\$423

A simples leitura é bastante para accusar defeitos na demonstração, que nada demonstra. Quem nota a differença das quantias calculadas para mais ou para menos na columna das despesas por fazer, pergunta logo: — qual é a base do calculo? Se é diverso, deve ter razão diversa. Eu me limitarei quanto a este ponto a comparar a ultima parcella, a saber: despesa conhe-

cida, 51:790\$440, e despesa calculada, mas não conhecida, 1,890:797\$412. Esta enorme diferença precisa de explicação, deve basear-se em calculos apreciaveis, desde já: queremos conhecer o titulo de sua legitimidade. Sem que nos forneça o nobre ministro esses esclarecimentos não ha demonstração na forma da lei, isto é, demonstração arithmetica e demonstração legal. (Apoiados.)

Se a respeito da verba—Material—encontra-se tudo o que acabo de dizer, a respeito da verba—Eventuaes e Extraordinarias—é cousa que o nobre ministro não pôde legalmente explicar.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Está enganado; legalmente posso explicar.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Não pôde, repito, legalmente explicar, e se não, diga-me S. Ex., em virtude da que lei, como declarou no seu credito, dão-se gratificações extraordinarias aos officiaes empregados no serviço da guerra?

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Não dei gratificação Extraordinaria a nenhum official.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Está aqui escripto.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Está enganado; não dei uma só gratificação extraordinaria: é equívoco de V. Ex.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Eu vou ler: « Despesa com gratificações por serviços extraordinarios a officiaes embarcados em diferentes navios da esquadra no Rio da Prata. »

O SR. GODOY:—E o que é isto?

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Dada por mim, nem uma só.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Não discuto por quem foram dadas, discuto o credito.

A defesa que o nobre ministro faz não lhe pôde servir; se S. Ex. não deu nenhuma dessas gratificações, e entende que ellas são illegaes, sua obrigação é suspendê-las.

O SR. MINISTRO DA MARINHA dá ainda um aparte.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Não argumento por este lado....

O SR. PRESIDENTE:—Eu rogo ao orador que se dirija á casa; dirigindo-se a um deputado determinadamente dá lugar a apartes, a que a discussão se torne em dialogo, o que o regimento não permite.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Perdõe-me V. Ex., protesto contra a applicação do castigo como o faria o celebre mestre do romance *Gil-Bras*; não me dirijo ao nobre ministro, mas á casa, o nobre ministro é quem me interrompe com os seus apartes; entretanto V. Ex. quer castigar em mim os erros de S. Ex. (Hilaridade.)

Não posso deixar de inquirir a razão por que se envolveu na verba—Material—a quantia de 1:100\$ para a pharol da barra de Pernambuco. Ha no orçamento verba especial, e S. Ex., autorizando despesa para que não tinha credito, vio-se forçado a incluir em seu credito esta declaração duplamente illegal, illegal por não dar lugar a credito supplementar; illegal por estar a despesa já feita sem autorisação legislativa.

Na verba—Eventuaes—as gratificações chovem sem explicação alguma, por exemplo, vencimentos aos operarios dispensados de comparecer ao ponto desde Julho de 1865 a Dezembro; gratificações a serventes extraordinarios da 3ª secção do almoxarifado, bem como a empregados do dique imperial. A respeito destes ultimos encontro uma duplicata; vê-se gratificações a empregados do dique na verba—Eventuaes—, aliás repetidas na verba—Arsenal.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Não ha duplicata.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Aqui está. (Lê.) De duas uma, ou se trata de gratificações propriamente ditas, ou se trata de vencimentos certos; se os empregados do dique perceberão vencimentos determinados, esses vencimentos pertencem á verba—Arsenaes—, se receberão gratificações, devem estas encerrar-se na verba—Eventuaes—. Esta regra deve ser geral. A contadoria não tem systema: classifica indistinctamente

na verba—Eventuaes—e na verba—Arsenaes—gratificações aos empregados destes. E' assim que são incluídas na verba—Arsenaes—as gratificações dadas aos operarios da Bahia e outros. Se não estavam nas previsões da lei as despesas, são eventuaes e extraordinarios. Com esta confusão não é possível saber bem qual o valor dado á palavra gratificação.

Continuo. Mais um exemplo: a um 1º cirurgião para servir na companhia de aprendizes marinheiros em Santa-Catharina, etc.

Eu pergunto ao nobre ministro se todas as companhias de aprendizes marinheiros têm ou não cirurgião. Se não têm, porque só a provincia de Santa-Catharina tem o seu cirurgião? E' necessario ou não que todos o tenham? Se é necessario, porque o nobre ministro, que foi sempre o propagador severo do cumprimento da lei, não pede autorisação para isto? Porventura é um serviço extraordinario? a companhia de aprendizes marinheiros de Santa-Catharina não é igual á de qualquer outra provincia do Imperio?

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—V. Ex. se esquece de que precisamos de medicos, com preferencia no theatro da guerra.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Pois este medico está no theatro da guerra, occupado em Santa-Catharina? Isto podia ter explicação se o nobre ministro dissesse na sua tabella: nomeei esse medico extraordinariamente para outro serviço; mas desde que diz que é para curar aprendizes marinheiros, ou faça o mesmo em relação a todas as companhias, porque tem a mesma necessidade....

Um SR. DEPUTADO:—Não apoiado; as que estão junto aos arsenaes têm os medicos desses estabelecimentos. Em Santa-Catharina não ha arsenal.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Pois então o ministerio devia, em vez de pagar gratificações, porque trata-se de uma necessidade ordinaria, pedir ao corpo legislativo autorisação para que as companhias de aprendizes marinheiros em provincias onde não houvesse arsenal tivessem medico. Demais, esse medico, que tem gratificação, não será medico de algum hospital ou cousa que o valha? E' preciso saber tudo isto. Marchemos com a lei, é o melhor caminho.

O SR. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Eu dou a razão desta minha pergunta.

Acabão agora de informar-me, não sei se com exactidão, que na provincia de Santa-Catharina houve até um medico que se offereceu para fazer gratuitamente este serviço.

O SR. ALVIM:—Sim, senhor, prestou-se por algum tempo.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Para que a gratificação?

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Então deve-se contar com isto sempre, quando se calcula a despesa?

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Por certo que não; mas quando se viveu sem ella até hoje, não é o momento do serviço gratuito o mais proprio para o pedido de S. Ex.; além de que é preciso attender a outras provincias, se a necessidade é ordinaria. Em todo caso a gratificação é censuravel.

Creio que ainda não proferi palavra alguma que possa ter desgostado ao nobre ministro, procuro apenas discutir.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Apoiado.

O SR. GODOY:—E' que todos nós somos peccadores.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—A somma das gratificações dadas pelo governo não tem conta, e o ministerio, calculando sómente sobre o montante dellas, não nos diz, a nós representantes da nação, a causa de taes despesas com a necessaria clareza.

O que diz respeito á rubrica—Eventuaes—espanta pela ausencia de esclarecimentos e falta de systema. Tomarei um exemplo nas multiplices addições que se referem a gratificações de officiaes da armada. Aqui as enumero:

- « Com gratificações e outros vencimentos a diversos empregados, officiaes do corpo da armada e classes annexas e outros, por serviços extraordinarios não previstos no orçamento. 6:592§661
- « Despesa feita pela legação de Londres com os officiaes que estão estudando e em comissão na Europa, fretes e embarques de generos, seguros, etc., conforme as demonstrações de Julho e Agosto de 1865. 16:118§158
- « Adiciona-se:
- « Despesa feita em um anno com as gratificações que são directamente pagas pelo thesouro aos officiaes da armada e mais empregados em diferentes comissões.. 14:683§911
- « Despesa com as gratificações e outros vencimentos a empregados e officiaes da armada, por serviços extraordinarios, engagements e recrutamentos de praças e artistas, fretes de navios e de generos, passagens e ajudas de custo e tratamento de praças fóra dos hospitais, cuja despesa corre pelo cofre da pagadoria da marinha 66:210§205
- « A despesa com as gratificações por serviços extraordinarios aos officiaes embarcados nos diferentes navios da esquadra do Rio da Prata, differença de cambios, comissões de saques, bem como frete de generos e de navios, e engajamento de marinagem, armazenagem de carvão de pedra, avarias causadas a navios mercantes, tratamento de praças fóra dos hospitais e outras despesas alli 80:891§116
- « Idem com os processos que têm de ser remetidos ao thesouro para pagamento de operarios dispensados do ponto, gratificações a serventes extraordinarios da 3ª secção do almoxarifado, empregados do dique, fretes de generos e outras despesas 340:200§498
- 61:560§760

Sr. presidente, a simples leitura comparada da despesa conhecida e das addições mostra o que vai ahí de confusão. Não é possível saber, porque tratando-se de serviços extraordinarios, sem mais declaração alguma, separá-los-se as addições. Se a natureza especial deste serviço é que indica a separação, como parece affirmar-lo o credito em alguns lugares, convinha que o mesmo se fizesse sempre. Acresce que deste modo ninguem sem esclarecimentos precisos pôde afiançar a necessidade das gratificações, e no entanto a cifra vai crescendo todos os dias! Espantão taes despesas! (Apoiados.)

Notai, senhores, quando a despesa está consignada em lei, quando não ha razão alguma para que o corpo legislativo se negue a concedê-la, eu comprehendo que o ministério não seja nimamente amplo em suas informações; mas quando se trata de despesas desconhecidas, quando ha gratificações para operarios, officiaes da armada, engagements, empregados e serventes de diques, arrecadação, para tudo enfim, pasma que no meio de uma época que se diz liberal os ministros não sejam os primeiros a respeitar este grande principio de seu credo politico, o direito que têm as camaras de fiscalisar as despesas publicas. (Apoiados da opposição.)

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Quem não respeita?

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Se o nobre ministro o respeita, em vez de dirigir-lhe uma pergunta especial a respeito de cada uma destas parcelas, peço a V. Ex. que declare quaes são essas gratificações, ao menos as importantes.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Posso mandar tirar essa relação e remettê-la a V. Ex.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Quero saber que serviços extraordinarios são esses, e a remuneração que lhes é concedida.

O nobre ministro quer que lhe falle com sinceridade?

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Faz-me favor.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Eu vou fallar-lhe. Gosto de manter a discussão no terreno alto dos principios, e não no de personalidades; mas peço licença a S. Ex. para dizer uma coisa que tem corrido, e que eu não sei se é exacto. Diz-se, por exemplo, que os gastos com gratificações para officiaes de armada no Rio da Prata são gastos de representação. Eu direi ao nobre ministro, se taes gastos devem ser feitos, estenda-se o favor a todos, e venha isto ao conhecimento do corpo legislativo. (Apoiados.)

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Eu não recabi conta alguma de gastos a este respeito no Rio da Prata. Não sei se existia essa despesa; affirmo, porém, que não marquei quantia alguma para ella.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Respeito as intenções de todo o mundo, admitto que todas essas contas são boas, mas argumento com o credito que está em discussão, e digo: — se quereis o meu voto, explicai-me a necessidade desta verba e de outras. (Apoiados.)

Não tendes o direito de pedir ao corpo legislativo um voto de confiança, mórmente quando o nobre ministro acaba de dizer que não conhece as despesas no Rio da Prata.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — E' impossivel actualmente.

(Ha outros apartes; o Sr. presidente reclama attenção.)

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Li as gratificações para que a camara pudesse apreciar a somma dellas, e a belleza do methodo seguido na contadoria da marinha, onde a mesma despesa figura ora em uma verba, ora em outra.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Já expliquei aiada ha pouco.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — E' incomprehensivel o modo por que estão lançadas as gratificações; não se pôde entender....

O SR. DE LAMARE: — Ah! está a explicação.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Note-se bem; official da armada é o genero. Temos gratificações aos officiaes da armada, sem se saber por que. Temos gratificações

por serviço extraordinário de engajamento, recrutamento, etc. Não se sabe a somma de cada uma dessas gratificações, nem ainda por que são dadas. Demais, se as capitães de portos não servem para o recrutamento e engajamento, suprimam-se ao menos essas atribuições. (Apoiados) O nobre ministro, pois, criando despeza para serviço que está previsto em lei, violou a lei.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Está enganado. Estou autorizado por lei para conceder as gratificações que dei.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Não digo que o nobre ministro não está autorizado para dar gratificações pela verba—Eventuais—, e sim que autorisação para qualquer gratificação dá-se em última analyse, quando o serviço não está decretado.

Ha pessoal destinado a fazer o recrutamento; o nobre ministro não se servio desse pessoal, foi procurar outro; explique a razão deste facto. E' preciso que demonstre a legalidade e necessidade da despeza; peço-lhe que demonstre a necessidade.

« Gratificações a officiaes da armada embarcados no Rio da Prata. » Ora, esses officiaes embarcados, aliás muito dignos, têm vencimentos determinados em lei.

Nem eu sei que sejam serviços extraordinarios os que prestão os officiaes embarcados em navios de guerra; se não são estes, o nobre ministro deve explicar quaes sejam.

Eu disse que havia erro de methodo e confusão quando comparadas as parcelas da verba—Eventuais—. Aqui ha gratificações a empregados e ha gratificações a operarios. Compare-se agora isto com a rubrica—Arsenales—, e conhecer-se-ha que uma confusão infernal existe, da qual ninguém é capaz de sahir, nem mesmo o nobre ministro. Se a gratificação não está consignada em lei, porque, tratando-se de empregados do arsenal, entra ora na rubrica arsenal, ora na rubrica eventuais? O nobre ministro não o poderá explicar.

O Sr. GODOY: — Oh! elle tem dado mostra disso.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — A rubrica — Arsenales — compõe-se de gratificações e vencimentos. As primeiras pela natureza da despeza estão mal collocadas; os segundos não têm explicação. A lei do orçamento considerou o serviço ordinario, ali não pôde haver deficit, salvo augmento de operarios ou empregados; mas neste caso o credito devia declara-lo, além de que não se pôde dizer que ha na hypothese figurada senão gratificações. O proprio credito me fornece argumentos, referindo-se aos operarios vindos da Bahia: « Idem idem aos operarios vindos da Bahia no mesmo tempo 29-208\$850. »

Asseguro pois com a autoridade da propria contadoria que se devia ser mais explicito a respeito das tabellas. Aqui vou mostrar nova prova de confusão.

« Gratificações aos serventes, bem como aos empregados do dique. » Estes empregados estão no serviço do dique por um regulamento, e têm vencimentos certos. Se, além destes, vencerão gratificações, o serviço devia ser extraordinario, e por consequente a rubrica da classificação devia ser outra. Que serviço era esse? O mesmo digo dos empregados da casa de arrecadação e outros mencionados nas tabellas. O credito não está demonstrado.

O Sr. GODOY: — Apoiado.

O Sr. ALVIM: — Não é possível calcular tudo.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Estou plenamente convencido de que o nobre ministro ha de nos dar as precisas informações; venhão ellas.

Eu podia analysar verba por verba, e ir adiante; mas contento-me que a nobre maioria e o Sr. ministro só me concedão que o credito não veio ao corpo legislativo como devêra vir.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Em todos os orçamentos apresentados á camara tem vindo a despeza distribuida com essa falta de methodo.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Sr. presidente, se o exame das diversas parcelas de credito não fornece á camara sufficiente base para a approvação do pedido do nobre ministro, pôde socegar-nos o espirito o exame da sua administração? Na manifestação de seu pensamento,

na execução de seus actos, vê a consciencia desassombrada justiça e progresso?

Sinto profundamente dizê-lo: o exame da vida publica de S. Ex., como deputado, nos dá os seguintes resultados — amor da lei, espirito de progresso. Mas o exame de sua vida publica, como ministro de estado, nos dá resultados justamente oppostos — espirito de rotina, desprezo da lei. (Apoiados.)

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — E' uma injustiça manifesta.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Demonstrarei estas proposições, apreciando o que tem feito S. Ex. e o que quer fazer. Declaro que me vejo tomado de certo constrangimento por não poder prestar-lhe o meu apoio.

O Sr. GODOY: — E todos nós.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — O espirito de rotina, Sr. presidente, se manifesta por dous modos; inacção na pratica; tibieza ou contradicção no pensamento. Não tem sido o Sr. ministro esteril?

Recorro ás proprias declarações de S. Ex. neste recinto: « O que fiz? Mandei 400,000 cartuxos para o Rio da Prata. » Esses cartuxos distribuidos pelo numero de soldados que lá estão não bastariam para um dia de fogo!

« Mandeí 8,000 projectis. » Faça o nobre ministro a mesma divisão pelas bocas de fogo da armada, e verá o que importa o serviço. Mas porventura podem essas remessas dar gloria a S. Ex.? Não é um acto que qualquer ministro faria, não pondo obstaculos á marcha dos serviços, deixando que continuassem da mesma maneira? Quem augmentou as forças do arsenal? Foi S. Ex.?

Um dos nobres deputados, sustentadores do ministerio, mencionou o facto do assentamento das chapas nos encouraçados. Se ha um grande serviço, eu peço um voto de gratidão para os directores e mestres das officinas. (Apoiados.)

Isto não pertence propriamente a um ministro; o que lhe incumbe é a idéa geradora, a criação de recursos....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Construirão-se dous navios em 94 dias.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — O que falta no Rio da Prata?

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Não quero discutir o que se passa no Rio da Prata, porque não desejo que o nobre deputado ou outros membros da maioria digão que se estão criando difficuldades ao governo; mas se S. Ex. quer que falle com toda a franqueza, direi, sem fazer censuras a ninguém, que a direcção da guerra não me tem contentado (muitos apoiados), e ousou affirmar-lo não contenta ao paiz.

Não entrarei neste assumpto, nada mais direi; o tempo se incumbirá de responder por mim.

Apenas farei sobresahir essa pergunta com que os nobres ministros nos querem confundir: « Tendes alguma coisa que dizer contra a direcção da guerra? » Peço licença para oppôr a essa pergunta dos nobres ministros esta outra: Acreditais que devamos dizer tudo? Se não acreditais, por que fazê-la?

O Sr. ARISTIDES LOBO: — A questão é quanto ao material enviado para a guerra. A direcção pertence aos generaes.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Como me cõa esta nova doutrina que todos os dias está sendo apregoada pelos nobres ministros! Trata-se da direcção da guerra, a culpa é dos generaes, como se o ministerio não tivesse nas suas mãos o poder de demitti-los. Se a direcção é boa, sejam conservados; se é má, não deve o governo exprimir-se dessa maneira. Depois a acção dos generaes não pôde ser entibiada pelos desacertos do governo? Por lá nada nos falta?

Repito, a doutrina espanta, e, no entanto, parece generalisar-se. E' com igual razão que, censurando um contrato feito por um presidente de provincia, responde-se que o culpado é o presidente, como se o presidente não fosse um empregado de confiança. Quando

se trata de um commandante de força, a culpa é desse commandante.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Ninguém culpou; o que se disse foi que a direcção da guerra pertence aos generaes.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — A que vinhão então as reflexões do nobre deputado?

O Sr. ARISTIDES LOBO: — O que se disse foi que ao exercito se tem remettido os materiaes necessarios para a guerra.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Assim é difficil argumentar. Eu me referia á direcção da guerra: o nobre deputado disse — a direcção é dos generaes. Traduzi o seu pensamento pelo seguinte: — censurai os generaes.

Quanto a mim, não censuro a ninguém. Observo sómente que ainda é cedo para se dizer a ultima palavra, e que os nobres ministros não podem ainda exclamar: «O que tendes a dizer sobre a direcção da guerra?» Não aceito a pergunta, porque não posso responder. (Apoiados.)

(Diversos apertes interrompem o orador, e o Sr. presidente reclama attenção.)

Emfim, Sr. presidente, a que ficão reduzidos os grandes actos, as grandes creações do nobre ministro da marinha? As bombardeiras a vapor! Ora vamos tratar das bombardeiras.

O nobre ministro é um dos mais eloquentes chefes da maioria, fallou com tanta segurança, citando os paizes civilizados e a opinião dos profissionais, que confesso me senti perturbado. Mas apesar da minha perturbação peço licença para demonstrar que S. Ex. commetteu dous erros, um erro technico, um erro administrativo.

O Sr. DE LAMARE: — Não apoiado.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Todo o navio com movimento proprio tem mais liberdade, tem mais independencia de acção. Em these portanto, salvo circumstancias especiaes, é melhor o navio com motor proprio do que sem elle. Mas em hypothese certas circumstancias se podem dar que aconselhem a preferencia do navio á vela ao navio a vapor. Façamos applicação.

Razões de ordem administrativa, politica e technica explicão a maior ou menor demora na transformação das esquadras do mundo, e em relação a cada construção é impossível esquecer o seu destino especial, o theatro onde tem de operar. Recorrerei, não a todas, mas a algumas das estatisticas das forças maritimas da Europa.

O Sr. DE LAMARE: — Do antigo systema.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — V. Ex. ouça-me, porque eu quero demonstrar a minha proposição pela marcha dos factos occorridos em outros paizes.

Em 1852, entre bombardeiras, baterias fluctuantes e canhoneiras, possuía a Inglaterra 208 a vapor, a França 38 a vapor. A Austria, porém, possuía 135 vasos com esta denominação, sendo 35 a helice. A mór parte dos outros paizes pouco empregavão o vapor nesta especialidade de navios. A Russia, por exemplo, tinha 160, dos quaes apenas 60 erão a vapor. Porque? A extensão da força maritima e o seu destino ou applicação explicão o facto.

Ninguém, por exemplo, na Inglaterra, salvo condições especialissimas, ninguém quereria bombardeiras que não fossem movidas a vapor, quando essa nação vê suas esquadras em todas as partes do mundo: precisava ella que a bombardeira fosse não só fortaleza fluctuante como navio com as qualidades nauticas necessarias para atravessar grandes distancias. São condições indispensaveis em um paiz onde a força maritima constitue o principal elemento de dominação. A mesma observação faço relativamente á França, com pequenas modificações.

E tanto é assim que chamo a attenção do nobre general, que ha pouco me interrompeu, para o seguinte: as bombardeiras construidas pela Inglaterra na guerra da Crimea erão á vela, no entanto que o não erão os navios hospitaes e os navios padarias, etc....

O Sr. DE LAMARE: — O systema que empregavão era electico: tinhão navios a vapor e á vela.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Faça o nobre deputado o favor de ouvir. Eu fallo das construcções que se fizerão, e vou lhe dizer até as dimensões de cada uma dessas embarcações.

O Sr. DE LAMARE: — Eu tambem as sei: erão cutters.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Sim, erão cutters. Tinhão 62 pés de comprimento, 20 pés de boca, 5 pés e 6 pollegadas de altura do convés á quilha, 4 pés e 6 pollegadas de callado d'agua á ré. Armavão um obuz de 13 pollegadas.

As bombardeiras do nobre ministro tinhão as condições precisas? O emprego do vapor alterava ou não as qualidades necessarias á guerra fluvial? Esta é a nossa questão: examinemo-la. Vou demonstrar que pelo emprego do vapor taes navios perdião qualidades essentialissimas áquelle fim.

O Sr. DE LAMARE: — Talvez não seja muito facil a demonstração.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Ouça-me V. Ex. até o fim. Hei de demonstrar que o nobre ministro da marinha, pela resolução que tomou, demorou a quada do forte de Itapirú. (Oh! Oh!)

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — As bombardeiras não se demorirão nem um dia por falta de machinismo. Seguirão viagem logo que estiverão promptas. Eis-ahi como V. Ex. está bem informado!

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — E' mais um motivo de espanto. Construirão-se para o emprego de vapor e forão á vela ou rebocadas. Logo, o nobre ministro reconhece pelo menos a possibilidade de seu bom emprego sem o vapor, e demorando a construção, como hei de provar, é responsavel pela ausencia de taes navios no theatro da guerra algum tempo mais cedo.

Quaes erão as consequências do emprego do vapor nas bombardeiras?....

O Sr. DE LAMARE: — O movimento espontaneo.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Para isso é preciso que existão as machinas, é preciso que as dimensões dos navios se alterem, que o callado augmente e o comprimento tambem, logo as bombardeiras do nobre ministro augmentarão de callado e de comprimento pelo emprego do vapor....

Um Sr. DEPUTADO: — O nobre deputado está em engano; julga que as bombardeiras devem ter callado....

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — As que callarem 4 e 6 pollegadas não podem ser bombardeiras?

Um Sr. DEPUTADO: — Não podem ser boas bombardeiras.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Então as inglezas, que callavão 4 pés e 6 pollegadas, não erão boas bombardeiras. E' admiravel!!

(Ha muitos apertes.)

Senhores, deixem-me concluir o pensamento; notem que quem mais grita não é quem mais razão tem....

O Sr. DE LAMARE: — As bombardeiras de 1862 são diversas das de 1866; a marinha progride, a construção naval não está estacionaria.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Sem duvida; mas as suas regras não são invariaveis, modificão-se segundo as necessidade de cada marinha, segundo a missão que este tem a desempenhar: quem fez a guerra em rios ha de ir até prescrever as machinas a vapor, se estas exigirem construcções inapplicaveis á guerra fluvial. (Não apoiados.) A applicação do principio depende de circumstancias especiaes.

Eu não sustento a these, faço applicação á especie. Vamos por partes. Empregado o machinismo a vapor, o resultado foi o seguinte: as bombardeiras do nobre ministro foi mister dar maior comprimento, pontal e boca, e deste facto derivão-se os seguintes perniciosos resultados: pelo augmento das dimensões, consequencia da installação do machinismo a vapor, podem ser empregadas em menor numero de lugares nos rios do que se fossem á vela; pelo seu comprimento, têm maior difficuldade de evolução nas voltas dos rios; necessitam-se mais tempo para construi-las; gastou-se muito mais. Era preciso contar com tudo; além da

questão de oportunidade, convinha attender á pouca profundidade das aguas, á sinuosidade dos canaes....

O SR. DE LAMARE:— Isto pertence á habilidade do marinheiro.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Tanto melhor para mim se a habilidade do marinheiro as condemna.

O SR. ARISTIDES LOBO dá um aparte.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Estão manifestos os erros technicos e administrativos que se derão.

O nobre ministro, augmentando as dimensões dos navios, augmentou a despeza e o prazo da construcção....

O SR. MINISTRO DA MARINHA:— Dei-lhes maior pres-timo.

(*Ha mais apartes.*)

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Alguem poderá sustentar que uma não leva o mesmo tempo a construir que uma corveta? Alguem pôde sustentar que a despeza de construcção entre esses dous navios é igual? Não por certo: logo, as bombardeiras do nobre ministro augmentarão de preço e exigirão maior espaço de tempo para serem construidas. Por outra, as bombardeiras á vela podião ser feitas em dous mezes, e gastarão muito mais. Nega isto o Sr. ministro?

O SR. MINISTRO DA MARINHA:— Gastarão 94 dias no estaleiro.

O SR. ARISTIDES LOBO:— O nobre deputado queria um batel em vez de uma bombardeira.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Eu já disse que as bombardeiras construidas para a guerra da Criméa, que tinham 62 pés de comprimento e de callado á ré 4 pés e 6 pollegadas, não erão bateis, e se não é assim perguntarei ao nobre deputado, que é profissional, se as bombardeiras inglezas erão bateis?...

O SR. DE LAMARE:— Não, senhor, erão navios; mas a bombardeira á vela é um anachronismo na época actual.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Eu quero ser anachronico, como o forão a Inglaterra e a França na guerra da Criméa. Se as bombardeiras podião estar promptas em dous mezes, é certo que ellas podião ter servido no ataque de Itapirú....

O SR. MINISTRO DA MARINHA:— O que teria sido uma grande fortuna.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— E não servirão pela alteração de plano para receberem o machinismo....

O SR. MINISTRO DA MARINHA:— Só se fez um risco e um plano; não tenho noticia de outro.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— O antecessor de V. Ex. pensava de modo diverso. Se as bombardeiras tivessem sido para navegar á vela, estarião promptas em menos tempo, já ha muito se acharião no theatro da guerra, e terião servido por consequencia para bombardear o forte de Itapirú.

UM SR. DEPUTADO:— E V. Ex. acha que não servem?

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— O forte já foi destruido; mas te-lo-hia sido mais cedo e com menos perdas. Podem ter emprego, porém menos proveitoso do que se fossem menores: é preciso não esquecer o seu destino. A invocação ao progresso neste caso significa perda de tempo, e por consequente difficuldades oppostas ás operações da esquadra....

UM SR. DEPUTADO:— V. Ex. queria as bombardeiras de 1682, do tempo de Luiz XIV.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Que não é essa a consequencia do que tenho dito, mostra o facto de terem afinal seguido á vela as bombardeiras do nobre ministro, aliás construidas fóra das condições exigidas para navios dessa especie. Porque eu digo que as bombardeiras não prestão o mesmo serviço, segue-se que não prestão nenhum?...

O SR. MINISTRO DA MARINHA:— V. Ex. quer que eu não tenha feito nada; o paiz e a marinha ahí estão para me julgar.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Sr. presidente, eu me contentaria que a despeito de marinha nós estivessemos

hoje no mesmo estado em que estava a Inglaterra quando lutou com a Russia: o meu orgulho nacional não vai mais longe. Fiquem-se os nobres deputados com as bombardeiras do Sr. ministro; eu prefiro o exemplo da Inglaterra.

UM SR. DEPUTADO:— Mas seria retrogradarmos certamente.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— O nobre ministro já nos fez o elogio das chatas do Paraguay, e horrorisa-se dos cutters inglezes!

UM SR. DEPUTADO:— Então era melhor chatas?

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Ha proposições que bastão ser enunciadas para serem comprehendidas: os navios devem ser apropriados ao seu destino; o mais é perder tempo e dinheiro....

(*Ha muitos apartes.*)

Um dos inconvenientes das bombardeiras do nobre ministro está em que não podem sempre com vantagem empregar-se no serviço dos rios, não podem ser resguardadas cobrindo-se com os encouraçados, porque são mais compridas do que estas....

UM SR. DEPUTADO:— O *Tamandaré* tem mais comprimento do que as bombardeiras, e calla 8 palmos.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Se assim fosse, tendo as bombardeiras de ser empregadas em lugares de menos agua do que o *Tamandaré* exige, não podem ser encobertas por este....

O SR. DE LAMARE:— Onde estiver o navio deve estar o vapor.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Onde estiver o navio deve estar o vapor; mas o navio-bombarda podendo, sa é á vela, occupar pelas suas mesmas dimensões maior numero de posições, pôde igualmente com mais facilidade abrigar-se da artilharia inimiga, e por consequente nestas hypothèses especiaes uma de nossas canhoneiras mais pequenas seria o motor das bombardeiras construidas.

Em uma palavra: mais compridas do que os nossos encouraçados menores, estes não lhes podem servir de muralha; menos compridas e menos altas, serião empregadas com mais successo.

O SR. SILVINO CAVALCANTI:— O nobre deputado não quer bombardeiras, mas quer duplicata de navios, e consequentemente duplicata de despeza!

(*Ha outros apartes.*)

O SR. PRESIDENTE:— Attenção. As respostas ás perguntas do orador só podem ser dadas em occasião competente.

O SR. FRANCO DE ALMEIDA:— Os Srs. vice-almirantes que peção a palavra e respondão.

O SR. GODOY:— Compreende-se que um discurso destes incommoda, é verdade; mas deve ser respondido com outro discurso.

O SR. PRESIDENTE:— Attenção! Rogo ao nobre orador que continue o seu discurso e não dê resposta aos apartes.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— Eu disse que o espirito de rotina se manifestava tambem pela contradicção das idéas; mas a contradicção das idéas reverte-se de duas fórmas distinctas, o incomprehensível dos pensamentos e o seu combate, ou manifesta repugnancia.

Vou offerecer varios especimens deste modo de raciocinar do nobre ministro, avaliando algumas das doutrinas sustentadas em seu relatorio; tratarei da organisação da secretaria, do conselho naval, do quartel-general, e procurarei ser muito breve.

O nobre ministro, Sr. presidente, liberal....

O SR. GODOY:— Oh! *Quantum mutatus!*

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO:— ... que faz sempre alarde das doutrinas mais adiantadas, veio spregoar no seio do parlamento o mais desenfreado arbitrio, e que arbitrio! O arbitrio inquisitorial, o arbitrio que não se contenta com o direito de demittir á vontade, mas que vai adiante, quer o direito de demittir aquelles que não só não cumprão a lei, como tambem aquelles que não

a camphão com a dedicação inherente á consciencia do dever!

De modo que o empregado que cumprir o seu dever por interesse, por amor de acesso, por desejo de subir, deve ser fulminado. E' a correção medicinal das theorias administrativas do nobre ministro, verdadeira theologia de nova especie, que vai tornar todas as intenções puras!

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Não é as intenções, não quero relaxação; o meu liberalismo não vai até ahí.

O SR. GODOY:—O nobre ministro o que não quer é relaxação.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Diz S. Ex. no seu relatório: « Sem pretender insinuar, refiro-me aos empregados das repartições do Imperio que porventura deixem de cumprir a lei com a dedicação inherente á consciencia do dever. »

E aquelles que a cumpriram sem dedicação, estão ou não incluídos?

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—E' uma questão de palavras, que está explicada nos termos seguintes.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Ora, vamos a ver os termos seguintes:

« Para estes seria necessario correctivo, a certeza da destituição. »

Eis-aqui os termos seguintes. Está o nobre ministro satisfeito?

Mas deixemos esta questão, vamos ao ponto capital.

Em todos os paizes, Sr. presidente, quando se trata de organização de repartições publicas ou de instituições quaesquer, ha dois interesses que se representam sempre, os interesses de permanencia e os interesses de transição; é na combinação destes dois interesses que está a verdadeira garantia da ordem e da liberdade. (Aplausos)

Os interesses de permanencia mantêm a tradição administrativa; os interesses de transição dão entrada ao progresso da administração..... (Muito bem.)

Dahi resulta que o regulamento da secretaria de estado, a que o nobre ministro se refere, e que aliás precisa reformas em alguns pontos, combina estes dois principios, concedendo ao ministro o direito de demittir a certos empregados, dadas certas causas, concedendo-lhe ainda o direito de livre nomeação e demissão a respeito de outros, e creando as aposentadorias para aquelles que possuam ter certos annos de serviço: o que quer mais o nobre ministro?

O SR. URBANO:—Achou pouco!

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Primeiro, o nobre ministro enganou-se a respeito do seu proprio regulamento, porque aqui está o art. 19, que lhe dá o direito de demittir e de advertir os empregados que não cumpriram seus deveres.

O SR. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Se V. Ex. duvida, eu leio o artigo.

O SR. GODOY:—Faça favor de ler, para que o nobre ministro não conteste.

O SR. JOSÉ BONIFACIO (lendo):—« São casos de demissão, ainda que contem dez annos de effectivo serviço na secretaria:

« § 1.º A perpetração de qualquer crime grave;

« § 2.º A revelação de segredos, a traição, o abuso de confiança, a insubordinação grave ou repetida, e a irregularidade da conducta. »

O SR. URBANO:—Ahi está prevenido tudo.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Mas o nobre ministro o que quer? Quer, senhores, o direito amplo de demittir sem restricção alguma.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Quem disse isso?

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Está no seu relatório.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Não está nos seus termos.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—V. Ex. disse:

« Sob o ponto de vista do § 29 art. 179 da constituição do Imperio, dir-se-hia que demasiadas garantias têm sido concedidas aos empregados publicos em prol de sua permanencia nos empregos e gozo das vantagens consequentes, attendendo-se talvez mais ao seu interesse particular do que ás conveniencias do serviço. »

O SR. MINISTRO DA MARINHA dá um aparte.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—E' quem é o juiz dessas qualidades dos empregados? A lei estabelece condições, o nobre ministro não quer que taes condições existão, quer ser o arbitro supremo do merito e demerito de todos os seus subordinados, sem limite á sua vontade.

O SR. GODOY:—E' questão da infallibilidade ministerial!

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Leia o resto da proposição, que eu não precisarei dar mais apartes.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Vou ler o resto: « (Lendo.) Digo com franqueza o meu pensamento; elle é consequencia das convicções que tenho sobre a reforma das repartições publicas.

« Pessoal pouco numeroso, mais idoneo e bem pago, ahi está a difficuldade e tambem o verdadeiro melhoramento. »

Ha alguma cousa para diante? diz S. Ex.: (Lendo.)

« Citão o exemplo do estrangeiro. Mas observo que as tres maiores potencias maritimas diversificão em systema administrativo, e que este conserva em cada paiz sua feição peculiar. »

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Eu fallei só do complemento da proposição que ficara em meio.

O SR. URBANO:—Sem duvida que pede um arbitrio illimitado.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—O nobre ministro não tem mesmo idéas fixas em seu relatório. Titubeia e varia de momento a momento.

O SR. URBANO:—Tanto que está recuando.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Eu vou ler, sem fazer comentarios, dois fragmentos sómente do relatório do nobre ministro sobre reforma da secretaria: (Lendo.) « Os defeitos que vagamente se allegão não provêm tanto do pensamento escripto do legislador, como da maneira de applicar aos factos esse pensamento. »

Isto quer dizer que, se ha defeitos, são vagamente allegados.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Ora!

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Diz S. Ex.: « Os defeitos que vagamente se allegão não provêm tanto do pensamento escripto como da maneira de o applicar. » Logo, os defeitos são vagamente allegados, primeira proposição; segunda, os defeitos não provêm tanto de pensamento escripto como do modo da applicação; terceira, os defeitos tambem existem na execução.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—E' lição de redacção que V. Ex. está dando, e eu aceito.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Como hei de entender o periodo senão como elle está escripto?

O SR. GODOY:—Risque o vagamente e leia depois.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—S. Ex. termina sobre a reforma da secretaria do seguinte modo: (Lendo.) « E' incontestavel que pôde e deve a muitos respeito ser melhorada; e para isso sobrio as indicações da experiencia. »

Logo, a experiencia produz indicações vagamente allegadas.

O SR. MINISTRO DA MARINHA:—Ora, que consequencia!

O SR. GODOY:—S. Ex. não quer mais a consequencia que tirou.

O SR. JOSÉ BONIFACIO:—Mas o nobre ministro tinha razão quanto affirmou o que aqui se acha escripto; no que não tinha razão era no começo. Repetido em parte o que disserão seus antecessores, S. Ex. não pôde deixar de indirectamente censura-los, para, no fim de contas, dizer:—São os dados da experiencia; re-

formemos—é a sua ultima palavra; como — tudo está bom — foi o seu exordio.

Quaes são os inconvenientes da organisação da secretaria como se acha? Não é o nobre ministro mesmo que reconhece a complicação da escripturação e as duplicatas? Se o reconhece, reconheceu a necessidade de simplificar o trabalho, reconheceu a necessidade de dar um centro de unidade e de movimento ás diversas repartições da administração central. Economia de tempo, maior e melhor trabalho, eis o fim procurado.

O nobre ministro havia de chegar ás mesmas consequências a que chegou um dos seus antecessores no relatório da 1862, relatório em que se propõe a reunião das diversas repartições debaixo de um centro commum.

Porque? perguntará o nobre ministro. Pelas mesmas razões por que em França, em 1853, o ministro da marinha de então propoz a mesma organisação, embora houvesse variedade de serviço. Foi o que sentiram também varios antecessores de S. Ex.

O Sr. DE LAMARE:—A idéa era anterior.

O Sr. José BONIFACIO:—Eis como se exprime o illustre ministro da França: « O poder marítimo de um povo consiste essencialmente no numero e qualidade dos navios e canhões que pôde oppôr aos seus inimigos. A simplicidade das rodas administrativas, a promptidão dos movimentos de execução, a unidade da direcção central, são condições indispensáveis de uma boa organisação naval. A multiplicidade dos chefes entibia a actividade das ordens, paralysa a autoridade do commando e dispersa a responsabilidade da decisão. Empregados numerosos e mal retribuidos produzem pouco e mal; pelo contrario, em pequeno numero obrão mais e fallão menos. »

O relatório do nobre ministro, censurando as asserções de anteriores ministerios, chega sem o querer ás mesmas conclusões. E no entanto elle as condemna!

Se tal era o pensamento do nobre ministro, como elle o repudia? porque não pede a reunião dos arsenaes, da intendencia, do quartel-general, etc., para constituirem as varias partes de um mesmo todo?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—V. Ex. confunde as questões em sua applicação.

O Sr. GODOY:—O nobre ministro já não aceita a consequencia que elle mesmo tirou!

O Sr. José BONIFACIO:—Não sou eu que confundo as questões, tratando do quartel-general: é o nobre ministro da marinha; é elle que julga sufficientes as suas attribuições; é elle que, a meu ver, comprehendendo mal instituições alheias, afirma no mesmo tempo que nada cumpre reformar a tal respeito, e que a secretaria deve ficar como está, salvo pequenos retoques. Mas no entanto é também elle que deseja evitar as duplicatas e a morosidade do serviço! Manifesta contradicção, porque uma das causas do mal está justamente na organisação defectiva da administração.

O que faz o encarregado do quartel-general? Responda o art. 7º do decreto de 25 de Fevereiro de 1860. Não passa de um simples repetidor do ministro; a sua liberdade de acção é nenhuma; não posso comprehender o valor de suas attribuições como entidade á parte. Porque, pois, o nobre ministro recua diante da organisação proposta?

E quer conservar o regulamento como está? Salvo o direito de cohibir o abuso dos tratamentos illegaes e de impedir a alteração dos uniformes, tudo mais é repetição ou informação.

Apezar de tudo e de todos, S. Ex. sustenta que o encarregado do quartel-general deve continuar como se acha, sustenta mesmo que não precisa ter liberdade de acção....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—Não sustento tal.

O Sr. José BONIFACIO:—Elle não tem (trago aqui o regulamento) senão uma attribuição propria, qual a que apontei; e nada mais sequer!!

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—Outras muitas, como a nomeação de officiaes, por exemplo.

O Sr. José BONIFACIO:—Quem diz isto? Quem os nomeia é a resolução definitiva do ministro.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—Compete ao quartel-general designa-los.

Um Sr. DEPUTADO:—Designação não é nomeação.

O Sr. José BONIFACIO:—A respeito de commandos, o ministro pôde nomear até sem proposta do encarregado do quartel-general; elle não tem o direito de propor; quanto aos officiaes que têm de embarcar, a nomeação faz-se, mas depende da resolução definitiva do ministro.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—A nomeação é d'elle, o ministro a approva.

O Sr. José BONIFACIO:—Não pôde deixar de approvar?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—Pôde deixar de approvar, mas isso não quer dizer que não seja attribuição d'elle.

O Sr. GODOY:—Em ultima analyse é uma proposta, não é uma nomeação.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—Pelo facto da nomeação não entra logo em exercicio o nomeado?

O Sr. José BONIFACIO:—Pôde entrar; mas, como a communicação é immediata, pôde saber logo também.

Um Sr. DEPUTADO:—E' o mesmo que dizer que o juiz nomeia os escriptvies, porque os pôde nomear interinamente; que o presidente da provincia nomeia certos empregados, porque os pôde nomear interinamente.

O Sr. José BONIFACIO:—O nobre ministro entende que nada se deve fazer a respeito do quartel-general; lamento que o nobre ministro contrarie assim....

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—E eu lamento que V. Ex. não entre já para a pasta.

O Sr. José BONIFACIO:—Não quero ter a desfortuna de succeder a V. Ex.; indo encontrar tudo feito, nada poderia fazer....

Uma Voz:—Sempre com a idéa de que nós queremos as pastas!

O Sr. José BONIFACIO:—Mas deixemo-nos disto, vamos discutir V. Ex. comprehendendo que a questão é de doutrina, é de idéas, é de reorganisação da secretaria.

Uma Voz:—Mas que fazer, se essa idéa os aterra?

O Sr. José BONIFACIO:—O nobre ministro afirma que o encarregado do quartel-general deve ficar como está; lamento, como dizia, que contrarie assim a opinião de seus antecessores, o, cuso diz-lo, a opinião da propria lei que autorizou a criação do conselho naval. A lei de 1856 que autorizou a criação deste conselho dá a entender qual o fim do corpo legislativo: reorganizar sobre a mesma base a contadoria, o quartel-general e a secretaria.

Em 1854 um dos mais importantes e talentosos ministros da marinha resumia os defeitos da secretaria, separada do quartel-general, nos seguintes termos:—Duplicata de trabalho; trabalhos feitos na secretaria, como sejam o de regulamentos e outros que podião ser feitos melhor no quartel-general, havendo ali pessoal mais apto; finalmente, perda de tempo pelas continuas e incessantes conferencias e relações em que devia estar o encarregado do quartel-general com o ministro da marinha. Ora, pergunto eu, estes defeitos hoje não se dão?

Não reconhece S. Ex. duplicata de trabalho? Não pede no seu relatório que se simplifique a escripturação? Como, pois, diz que não sabe em que consistem os defeitos da organisação do quartel-general? De duas uma, ou o nobre ministro entende que o encarregado do quartel-general deve ser completamente limitado em sua acção, e então com mais força de razão do que eu deve constitui-lo como dependência da secretaria de estado, poupando trabalho; ou o nobre ministro quer mantê-lo na posição em que se acha, e então a consequencia logica de sua doutrina é contraria ao que deduz; devia dar-lhe mais liberdade de acção, para que houvesse mais economia de tempo e de serviço.

Já o disse; pelo regulamento o encarregado do quartel-general não é mais do que um mero repetidor do ministro da marinha; salva essa attribuição a que me

referi, no mais não passa de mero repetidor; faz visitas aos navios que chegam, dá parte ao ministro do estado de asseio das praças e da sua disciplina, expede ou dá conhecimento das ordens do ministro, repete avisos, multiplica ordens; vive, em uma palavra, a duplicar trabalho.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA:—Neste ponto quero a reforma, quero a simplificação.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:—Como quer V. Ex. a simplificação?

Um Sr. DEPUTADO:— Isto é de economia interna; para tomar esta providencia não precisa de autorisação.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO:— O nobre ministro, não contente em pedir ao corpo legislativo amplo direito de demittir os seus empregados, dá um golpe de morte no conselho naval, e dá este golpe de morte, desconhecendo todas as lições da experiencia, a legislação de paizes estranhos, a opinião, contante até hoje, daquelles que sustentarão semelhante instituição.

O nobre ministro não quer os membros adjuntos, deixando sómente os membros effectivos; mas, ainda por uma destas originalidades do tempo em que o governo se julga dispensado de entender-se com suas comissões, a comissão de marinha reduz só a tres os membros do conselho naval, compondo-o de um paisano e dois officiaes de marinha; e porque? Porque (casta a crer que o relatório do ministerio da marinha procurasse essa razão para legitimar semelhante des-acerto), porque diz-nos S. Ex., todos os inventos, tudo o que é bom nos vem da Europa; nós não precisamos senão escolher, não precisamos senão aprender.

Mas quem hão de ser os mestres que fornecerão ao nobre ministro valiosos juizos? Como é que o nobre ministro ha de escolher entre o bom e o máo? Como ha de, quanto ás especialidades da sua paiz, quando se tratar da applicação, recorrer ao ensino estrangeiro? Trata-se, por exemplo, de uma fortificação em um ponto determinado; terá de recorrer a esclarecimentos estranhos, quanto ás difficuldades que possam surgir da natureza do terreno?

Como ha de o nobre ministro, quando quizer empregar navios em uma guerra fluvial, procurar conhecimentos de estranha, quando em seu proprio paiz encontra quem tem dados positivos e mais amplos dos rios que se pretenda navegar? Em que legislação foi o nobre ministro beber semelhante doutrina?

A experiencia tinha condemnado as comissões que até certo ponto substituíam o conselho naval, e que servião ao menos para apenar o valor das opiniões profissionais. Já em 1855 escreveu o ministro de então: « em 1838 creou-se uma comissão de officiaes para examinar as derrotas dos navios da armada, no intuito de conhecer-se a aptidão dos commandantes e o cumprimento das ordens recebidas.

Em 1844 creou-se outra comissão, e incumbio-se-lhe o exame do armamento naval e seu melhoramento. Em 1843 instituiu-se outra comissão para o exame das madeiras destinadas á construcção naval. Tacs comissões não podião supprir a falta do conselho. Os melhoramentos moraes e materiaes da armada exigem estudos, observações, exames e trabalhos, que se não compadeceam com o serviço das comissões sem existencia legal, sem organização, e cujo pessoal é summamente variavel e mal retribuido. »

Em 1853 o pensamento director da reforma é indicado do seguinte modo:

« Não figura ainda esta instituição entre as que pos-sue a nossa marinha, e todavia ninguém ha que lhe conteste as vantagens, antes têm sido reconhecidas em seus relatórios, como necessidade indeclinavel por mais de um dos meus antecessores. As razões que persuadem a adopção do tal conselho são tão evidentes e de todos conhecidas, que escusado é referir mindamente; sendo bastante, para dar-lhe assentimento, trazer á lembrança: 1º, que esse conselho, convenientemente organizado, póe servir como um ponto de apoio, para se transmittirem as tradições da marinha de guerra, e instar-se pela realização de planos e melhoramentos que ora se perdem ou fluctuam incertos na absoluta dependencia das vicissitudes da politica e das idéas que ellas

fazem subir ao poder: 2º, que os esclarecimentos que hoje se obtêm com infinitos rodeios, e muitas vezes incompletos, serão dados com promptidão ao ministro por certo numero de homens profissionais, que em torno delle se agrupem, e cada um dos quaes esteja no caso de emittir sobre as medidas de que se tratar um juizo tanto mais seguro e reflectido quanto dado, quanto é constante que póde alli mesmo ser immediatamente contrariado com razões mais fortes; 3º, que é mais consentaneo ás formulas e indole do regimen representativo ter o ministro um conselho a quem ouça nos objectos que pertencem á direcção superior da marinha, do que decidir os mais graves negocios sem obrigação de ouvir a voz do saber pratico e da experiencia; 4º, finalmente, que a parte que por meio do conselho vêm a ter os officiaes de marinha nas ordens principaes relativas á força naval, eleva-os aos seus proprios olhos, e dá-lhes uma tal consideração que nenhum official da armada, digno desse nome, deixará de sentir-se estimulado a habilitar-se com estudos e a proceder de modo que possa um dia merecer, na carreira que segue, ser incumbido de tão importantes funcções. »

Em 1851 o illustrado ministro da marinha dessa época, acompanhando, embora modificado, o pensamento exposto, compara a instituição ingleza e franceza, e expõe as idéas de reforma pelo modo que a camara vai ouvir:

« A necessidade de transplantar para o nosso paiz a instituição que com este nome, ou o de almirantado, existe em outros, é demonstrada por todos os homens profissionais, reconhecida por todos os cidadãos que têm dirigido a repartição da marinha.

« As condições sob as quaes póde ser estabelecida entre nós a instituição de que a Grã-Bretanha, a França e outras potencias maritimas nos offerecem modelos, eis a difficuldade em cuja solução se têm dividido as opiniões.

« Creio, porém, que hoje todos concordão na conveniencia de adoptar-se uma decisão, qualquer que seja, realisando-se tão util creação, ou sobre a base larga, e com o character elevado de um almirantado, ou nas condições de um corpo simplesmente consultivo e auxiliar, ou, finalmente, por alguma combinação razoavel de um e outro destes dois systemas.

« O meu antecessor decidiu-se pela instituição de um conselho naval puramente consultivo, modelado pela ultima e recente organização que semelhante estabelecimento recebeu em França.

« Entre as duas organizações extremas a que acima alludi, a de um conselho com acção propria e reversão de amplas attribuições, e a de um que seja meramente consultivo, creio que ha não pequena distancia. Em meu parecer, convem parar em um ponto intermedio, que não seja exactamente o do meio termo, e sim muito mais proximo do segundo extremo.

« Só assim poderá alcançar-se, se não immediata, ao menos gradualmente, o limite que o meu antecessor me bem definiu por estas palavras:— Um meio termo entre um ministro que tudo quer fazer e um ministro que nada póde fazer.

« A indole do nosso systema representativo não parece comportar a existencia de uma corporação que, devendo ser subordinada ao ministro, principal responsavel perante o soberano e a representação nacional, lhe absorvesse parte de suas mais importantes attribuições, e obrasse independente de sua palavra e acção.

« Concebe-se a necessidade, não só moral, se não material, de um ou mais corpos intermedios entre o ministro e os diversos agentes da administração, quando esta é vasta e complicada, como a da marinha britânica. Ahi é forçoso partilhar largamente as funcções e a responsabilidade do governo supremo e central, sob pena de paralisar-se o movimento geral da administração, ou tornar-se o seu regimen impossivel. Isto me parece evidente.

« Não é, porém, este o caso em que nos achamos, em que ainda muito tempo nos acharemos, por mais que o bom senso dos Brasileiros, desenvolvendo, á sombra da paz e das instituições que felizmente nos regem, os germens de riqueza que abundão no paiz, acelerem a sua marcha progressiva.

« Se o grão de adiantamento da nossa marinha militar não é ainda tal que justificasse uma delegação permanente de attribuições, cuja responsabilidade compete ao ministro, e de cujo exercício dependem valiosos interesses da nação e dos seus servidores, o estado de nossa educação civil tem bem se não compadecia ainda com uma tal instituição. A máxima de que para mandar é preciso saber obedecer não está ainda entre nós assás generalizada. Dahi os conflictos e abusos.

« Os interesses individuaes têm em toda a parte muita força, e maior nas sociedades ainda novas. Entidade com importantes attribuições, e sem responsabilidade tão efficaz como a do ministro de estado no systema representativo, são frageis contra aquella forte e insidiosa potencia, ainda quando dotadas das mais puras intenções.

« O proprio conselho do almirantado britannico, que alguns desejariam ver imitado entre nós, parece que não está isento de acousões de parcialidade. »

Ninguém se lembrou até hoje da argumentação espeziosa do nobre ministro. Pelo contrario, unidos em pensamento, sob o ponto de vista de seus elementos componentes, todos os ministros querem um conselho que possa aconselhar. E' S. Ex. que o deseja mutilado, imperfeito, verdadeira excrecencia administrativa. Não é possível.

O conselho naval é um todo que não se parte, um conselho necessario para todos os serviços que correm pela marinha. Ora, se é necessario para todos os serviços que correm pela marinha, segue-se que os elementos existentes são importantissimos para a confecção do seu todo. Ahi está a harmonia, a concordancia, a proporcionalidade.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — A experiencia mostra que alguma modificação era indispensavel.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Não podia mostrar; não quero tirar a conclusão deste argumento; seria ella que os membros que tem tido o conselho naval não prestão, e não que os elementos existentes não sejam necessarios á instituição. Vêde a composição do almirantado inglez. Um lord almirante, verdadeiro ministro da marinha, quatro auxiliares, quatro membros, officiaes-generaes da marinha, que constituem ou representam o elemento militar, e um quinto lord que representa o elemento civil, elemento civil que serve de antemural ao espirito de tradição, de rotina, de clientela que mais ou menos se desenvolvia com o predomínio exclusivo dos officiaes-generaes da marinha. Rivalidades mal entendidas contra os mais jovens officiaes, ou mal fundadas sympathias, erão exemplos conhecidos.

Não era bastante; cumpria assegurar a perfeição do almirantado tanto quanto possível fosse. Além do 1º e 2º secretarios, por cujas secções corre o preparo do serviço, existem como partes componentes da instituição cinco direcções que constituem especialidades indispensaveis para a marcha do almirantado: a direcção das construcções, a direcção do serviço dos viveres, a do serviço medico, a da contabilidade e as intendencias.

Como se reorganizou em 1852 o conselho naval francez? Depois de ter sobrevivido as catastrophes revolucionarias, o decreto de 1852 reorganizou este conselho, de conformidade com outras leis, considerando como indispensavel o elemento especial que o nobre ministro quer cercar.

Mas, supponha-se que esse elemento não é necessario; para que fica o resto deste conselho? para consultar sobre questões administrativas da marinha? O nobre ministro tem já a quem consultar, tem a sua secretaria com suas secções, tem os chefes das diversas repartições, tem o conselho supremo militar, tem a secção do conselho de estado. Para que, pois, esse resto de conselho? Então seja logico, e diga — o conselho naval é uma instituição boa, mas pôde ser dispensado agora; acabemos com ella.

Porém mutila-lo, destrui-lo, conservando-o em apparencia, e dizer: — hei de tornar melhor o conselho naval com tres membros, dous militares e um paizano, é, perdão-me S. Ex., embora suas intenções sejam muito boas, pensar que falla a um paiz onde o estudo que existe a respeito da materia tem desido muito. (Apoiados.)

Sr. presidente, nada me causou tão grande surpresa como ver, na época actual, quando a guerra ceia tantas victimas, quando o heroismo do povo brasileiro manifesta-se na campanha do Rio da Prata, quando mocidade brilhante e rica de esperanças escreve com seu sangue um grande poema de glorias....

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Já sei, vem accusar-me de não ter escripto um martyrologico.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — ... que o nobre ministro não encontrasse em tantas paginas do seu relatorio uma, sequer, para dizer ao corpo legislativo: —pensi nessa maldita lei de promoções que ahi existe atirada nas pastas da commissão (apoiados), vinde ao menos mostrar perante o paiz que os interesses, não de alguns, mas os vastos interesses de uma nobre classe que se sacrifica pela honra e dignidade da nação merece, sobre todas, os vossos cuidados e solicitude. (Muito bem.) Mas não, o nobre ministro não se importou com a lei de promoções.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Esse assumpto está affecto á camara.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — O nobre ministro contentou-se com o que, senhores! Eu deveria não ler as paginas do relatorio de S. Ex. neste ponto, deveria apenas entrega-las aos commentarios surdos de tanto martyrio, que não encontrou ainda neste mundo uma recompensa, mas que a espera naquella onde a verdade eterna o deve coroar de luz sem sombras. (Muito bem.)

O nobre ministro diz no seu relatorio: —quereis abrir estrada a toda essa mocidade brilhante que se apresenta arriscando a vida em prol da honra e dignidade do paiz? Dous meios bastão: dai ao ministro o direito de reformar antes de trinta annos, independente de inspecção, quando esta reforma for pedida, e completai essa medida com a reforma obrigatoria aos trinta e cinco annos de serviço para os officiaes que, empregados em terra, não tiverem pelo menos quinze annos de serviço de mar.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Assim tudo se pôde accusar.

O SR. GODOY: —Ouça.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — E' admiravel: a medida proposta abre caminho ao patronato sem fecha-lo ao arbitrio. Aos amigos de 30 annos de serviço o governo pôde reformar sem inspecção; aos desaffectedos ou desprotegidos dirá—não quero, venha a inspecção. Perfeito remate deste pensamento infeliz, o nobre ministro equipara serviços distinctos, e dá em ultima analyse as mesmas vantagens ao official que se reforma aos 35 annos de serviço, quasi sempre no mar, e ao que só tem 15 annos. E quantos encontrará o nobre ministro da marinha nesta ultima hypothese? Trabalhai 15 annos no mar, e depois vinde para a terra, que tereis infallivelmente a reforma, quer vos convenha ou não, justa ou injusta.

E' assim que, desconhecendo o systema da legislação, quer-se formar uma verdadeira 2ª classe e não uma classe de transição!

Quanto absurdo e desharmonia! Para aquelles que realmente são incapazes existe remedio em lei, a reforma obrigatoria; para aquelles que, sendo incapazes, mas não absolutamente (é phrase de S. Ex.), todavia continuão a servir, o nobre ministro deixa tudo dependente de sua vontade, ou do maior ou menor favor do governo. Aquelles que puderem allegar molestia dirão ao nobre ministro: —guardai a vossa reforma, estou perfeitamente bem.—Aquelles que não tiverem esta fortuna ficão á mercê dos governos. A 2ª classe do nobre ministro põe remate á obra demolidora.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — O pensamento não tem applicação possível.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — A culpa não é minha.

A segunda parte precisa até de explicações. Em primeiro lugar, o nobre ministro esqueceu-se de todo o systema da legislação, que eu não quero hoje desenvolver; mas chamo apenas a sua attenção para a lei de 1841, que organisou o quadro, para a lei de forças de 1852, que alterou-o, e finalmente para o mais que se seguiu.

Foi considerada a 2ª classe como de transição. Se o nobre ministro entende que todos aquelles que têm 15 annos de serviço do mar não podem, quando em terra, ser reformados chegando a 35 annos de serviço; como, na hypothese contraria, os reforma contra a sua vontade, concedendo-lhes aos 35 annos as mesmas vantagens que aos embarcados? Como distingue e classifica o serviço? Como quer S. Ex. computar os serviços de terra e mar? Não ha razão conhecida.

Não concedidas as vantagens, como reforma contra a vontade do official? (*Muito bem*)

E porque o nobre ministro não procura acabar com as disposições de regulamentos que não estabelecem esta doutrina? Por exemplo, os lentes da academia de marinha como contão o tempo de serviço? Não é pela metade? Porque, pois, não de ser outros privilegiados? Porque ao menos o nobre ministro nas circumstancias actuaes, salvo excepção, não aceita este principio? Porque ao menos não dá mais vantagem áquelles que mais do que ninguém servem o paiz, derramando o seu sangue pela gloria da nação? (*Apoiados.*)

Não costei que haja tambem conveniencia em outros serviços, e que possão haver excepções á minha regra; mas affirmo que sempre, e principalmente hoje, é necessario proporcionar a recompensa á natureza do serviço.

Não admira, Sr. presidente, que o nobre ministro deixasse tudo no mesmo estado. Escrevendo uma brilhante pagina a respeito do combate de Riachuelo, contentou-o, em uma peca como é um relatorio de marinha, uma verdadeira pagina de correspondencia de jornal. (*Apoiados.*)

De hymnos patrioticos estavamos cheios, não precisavamos mais; o que queríamos de S. Ex. era outra coisa, era a exposição das lições da experiencia.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Isto publicou-se.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — O que queríamos era a analyse desse combate sob o ponto de vista da guerra, sob o aspecto da tactica naval.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Foi publicado tudo.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — O que queríamos era o exame das condições do combate, em seu principio e em seu desenlace. Ha no fim tanta coisa que merece attenção! Porque não explicar?

O que queríamos finalmente era a exposição dos factos para a guerra, e não esses canticos patrioticos erguidos á gloria de officiaes valentes.

Eu desejava que o nobre ministro da marinha considerasse o combate de baixo de dois aspectos: uniformidade de movimento e unidade de acção. Eu queria que S. Ex. explicasse o que devia ser explicado, o que póde ser amanhã escolho ou direcção nas operações da guerra.

Eu queria que, assim como S. Ex. nos diz: « Houve um espectáculo sublime quando o invencivel vapor *Amazonas* mettia a pique navios inimigos », nos dissesse tambem que causas determinarão ou explicão as peripécias menos brilhantes do combate.

E não é facto novo, Sr. presidente; se analyso esta pagina do relatorio do nobre ministro é para recordarlhe essa pratica, digna de imitação, dos paizes onde a liberdade e a civilização têm produzido mais effectos do que entre nós; é para lembrar-lhe que ainda ultimamente, nessa gigantesca luta dos Estados-Unidos, quando esquadras numerosas bloquejavão costas immensas, quando o espirito bellicoso, escudado pela força da liberdade e pela energia vivaz de uma raça heroica, contemplava a grandeza e valor de seus contra-almirantes á testa de esquadras valentes, cada um delles se incumbia de enviar ao seu governo um relatorio circumstanciado das qualidades dos seus navios, uma narração dos acontecimentos notaveis, de tudo enfim que podia illustrar a administração publica.

No entanto, Sr. presidente, no Brazil, neste paiz em que os ministros nos perguntão—o que podeis dizer da direcção da guerra—, nem ao menos o acontecimento que roubou tantas vidas no encouraçado *Tamandaré* mereceu um inquerito do governo e um relatorio a respeito do facto! (*Apoiados.*)

E' isto aceitavel, Sr. presidente? Tudo, tudo perdica-

ria ao nobre ministro da marinha, se não tivesse a censurar uma triste omissão que me penalisa.

Desde que S. Ex. fazia consistir a sua narração em um cantico de triumpho ás glorias de seu paiz, era justo que esse cantico de triumpho fosse uma saudação levantada das alturas do poder a todos os que a tenham merecido pela sua dedicação e valor, aos generaes, aos officiaes, aos soldados, aos marinhaes (*apoiados*); cumpria que as dobras da nobre e grande bandeira cobrisse a todos, sem excepção alguma. (*Apoiados.*)

Mas, devo dizê-lo, o nobre ministro encontrou só menções para uns e não para outros.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Não podia fazer uma lista de nomes.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Desde que fez menção de alguns, era justo que ao menos não se esquecesse do bravo Silveira, que nos ultimos momentos de sua vida sandou aiada como guerreiro christão a imagem do seu paiz. (*Muitos apoiados.*)

Era justo que os pedacos palpitantes desse outro martyr do patriotismo, que morreu heroicamente no mesmo lugar em que outros morrerão depois, tivesse ao menos uma honrosa menção do nobre ministro. (*Muitos apoiados.*) Ah! eu queria sómente que fossem irmãos na gloria aquelles que forão irmãos na morte. (*Muito bem.*) Ninguém tinha o direito de separa-los; o mesmo eco repete seus nomes na terra estrangeira e na terra da patria.

Sr. presidente, eu devia analysar outras paginas do relatorio; mas é tarde, e não quero cansar a camara e o nobre ministro. (*Não apoiados.*) Vou, pois, terminar por uma reflexão.

Perdõe-me S. Ex. se nessa reflexão alguma coisa houver que o possa magoar. Ha no seu relatorio uma pagina que reputo a chave das incoherencias do seu pensamento e das contradicções com que o enuncia. S. Ex. cita, a proposito de pharões, um dos mais illustres poetas lyricos da escola liberal, Victor Hugo. (*Hilaridade.*)

Eu preferiria que S. Ex. citasse Camões, era poeta e navegante. (*Continúa a hilaridade.*)

Tinha ainda para preferi-lo a circumstancia de ter elle salvado das ondas o poema que devia immortalisar seu nome, assim como S. Ex. tinha salvado dentre as vagas do mar encapellado a bandeira liberal, a nossa grande bandeira... ella fluctua... fluctua, mas tão alto que a não vemos. (*Apoiados; muito bem.*)

Tome o nobre ministro sentido; os tempos enganão; as ondas são traiçoeiras: os Luziadas forão traduzidos em varias linguas, e com successo diverso, mas os interpretes lhes têm dado sentidos variados. (*Muitos apoiados; muito bem, muito bem.*)

(O orador é felicitado por muitos Srs. deputados, que o acompanhão ao retirar-se do salão.)

Sessão em 7 de Junho.

PRIVILEGIO DE INDUSTRIA.

O SR. BARROS BARRETO: — Sr. presidente, não posso votar pelo requerimento que acaba de ser apresentado, enviando o meu projecto ás commissões de agricultura e de justiça civil, por me achar profundamente convencido de não ser a materia em discussão tão complicada, como talvez pareça á primeira vista, nem tão horrorosa como o meu illustre comprouviano, deputado pela provincia do Ceará, acaba de qualificar em nome da liberdade; nem, Sr. presidente, tão tyrannica e subversiva como a julga o nobre deputado pelo Piahy.

Ao contrario de tudo isto, é muito simples e fecundo o pensamento que presidió á elaboração deste projecto em discussão: já elle foi enunciado na cara, quando tive a honra de apresentar esta proposta á consideração dos meus illustres collegas.

Só se trata, Sr. presidente, de dar privilegios aos trabalhadores empregados effectivamente na grande cultura do paiz.

O SR. LOPES NETTO: — Privilegios!

O Sr. PINHEIRO MACHADO: — Odiosos.

O Sr. BARROS BARRETO: — Sim, privilegios; mas por utilidade publica, mas aconselhados instantaneamente pelas imperiosas circumstancias não só da nossa primeira industria, como do actual estado financeiro do Imperio.

Semelhantes privilegios com effeito ficão de alguma sorte dependentes em ultimo recurso do presidente da provincia. A razão disto me parece muito obvia, elles consistem na isenção do recrutamento e do serviço da guarda nacional.

Se pois a primeira autoridade da provincia não pudesse intervir em materia de tamanha gravidade, para prevenir os abusos que facilmente se darião sem tal medida na distribuição de favores tão ambicionados, ficaria a administração privada de um poderoso meio de acção. Então a odiosidade do privilegio que os nobres deputados pelas provincias de Sergipe e do Rio Grande do Sul acabão de imaginar tornar-se-hia uma realidade irrecusavel: porquanto viria a ser o privilegio concedido por abusos e não por utilidade publica.

O Sr. LOPES NETTO dá um aparte.

O Sr. BARROS BARRETO: — Mas, perdõe-me, nem todos os privilegios são iníquos.

Se com effeito, digo eu, põe-se em ultimo caso nas mãos do presidente da provincia a concessão de semelhantes privilegios, é pelos abusos que esta medida pôde acarretar.

Se porém ella é de tanto melindre, não deixa por isto de ser mesmo interessante e indispensavel.

Vejamos agora se ella, apezar de necessaria e urgentemente reclamada, pôde produzir os resultados anti-liberaes de que falla o nobre deputado pela provincia do Ceará.

Em primeiro lugar, o nobre deputado deve lembrar-se não ser uma novidade em nossa legislação semelhante medida. Em um dos annos passados nós mesmos votámo-la a favor da marinha mercante; não devemos pois estranhar que se applique a mesma medida em beneficio da grande lavoura do paiz. Porventura a nossa marinha mercante deve merecer mais attentões, mais desvelo desta casa do que a primeira industria do paiz em uma quadra como esta em que precisamos de augmentar os recursos do thesouro?

Portanto, Sr. presidente, por que se horrorisa tanto o nobre deputado?

O nobre deputado possuo-se de tanta indignação que deixou até de reparar que a isenção do recrutamento e do serviço da guarda nacional não é para os grandes proprietarios, mas sim para os homens do povo que se empregão na lavoura, que vivem de seu trabalho, e que para maior garantia de estabilidade de seu modo de vida fazem contratos com os proprietarios.

O nobre deputado não vio que esses filhos do povo que nascem desvalidos ficarão privados de semelhante garantia se continuarem a estar sujeitos a infringir esses contratos, por causa do recrutamento ou do serviço da guarda nacional.

O Sr. PRESIDENTE: — Lembro ao nobre deputado que o que está em discussão é o adiamento.

O Sr. BARROS BARRETO: — Sr. presidente, acha-se tão ligada a materia do requerimento com a do projecto que eu não posso fazer abstracção de uma tratando da outra.

O nobre deputado pela provincia do Ceará, meu amigo e comprovinciano, perdõe-me que lhe diga, em seu discurrer parece-me laborar em mais de uma contradicção bem palpavel.

Horrorisa-se da isenção do serviço da guarda nacional, ao mesmo tempo quer acabar com esta, e estranha ficar a isenção em ultimo recurso dependente do presidente da provincia. Se elle horrorisa-se da isenção, e se isto não pôde provir do privilegio, como já o mostrei, deve ser porque o nobre deputado reconhece a necessidade do serviço de que se pede essa isenção; entretanto o nobre deputado é o mesmo que deseja a extincção da guarda nacional.

Por outro lado, se a medida proposta no projecto não é o que institue a guarda nacional, como o nobre deputado, que deseja acabar com esta, não adopta com

prazer uma medida que minora os vexames de seu serviço? Emfim, repito, se a instituição da guarda nacional já existe, não é creada pelo projecto; quem mais competente que a primeira autoridade da provincia para superintender a distribuição dos suspirados favores da isenção, quando esta fôr suspeita de abuso?

Sem essa intervenção do presidente é que a medida tornar-se-hia perigosa, é que os potentados a que se referio o nobre deputado pelo Ceará podem tornar-se verdadeiros regulos, pois por meio de contratos ficticios isentarião do serviço da guarda nacional e do recrutamento a seus apaniguados.

O nobre deputado pela provincia de S. Paulo em um aparte disse que essas isenções do recrutamento e do serviço da guarda nacional vão fazer com que estes onus tornem-se mais gravosos para aquelles que não ficarem isentos.

Esta objecção, Sr. presidente, a prevalecer, deveria tambem ser applicada em relação a nossa marinha mercante, e até a certas empresas privilegiadas de estradas de ferro.

E' sabido que os empregados das estradas de ferro gozão do privilegio de isenção do serviço da guarda nacional, e creio que tambem do recrutamento.

Se indico no projecto a grande cultura de preferencia a outra qualquer, é porque vejo que a medida não se pôde estender tanto, sem tornar-se cada vez mais sujeita a abusos; de certo, Sr. presidente, se assim fosse, qualquer hortelão ou jardineiro se arvoraria em agricultor, e requeria a isenção do serviço da guarda nacional e do exercito.

Especializo no projecto a cultura do café, do algodão e do assucar mui de proposito, para isentar certas provincias que pela sua posição não podem conceder as dispensas que são o objecto deste projecto, sem grave prejuizo até da segurança do Estado.

O nobre deputado pela provincia do Piahy horrorizou-se tambem tanto do projecto, que até capacitou-se de ser analfabeto o seu autor.

O Sr. BURLAMAQUE: — Não apoiado.

O Sr. BARROS BARRETO: — Disse que a lei de 1837, desde o art. 1.º até o 7.º, não trata da introdução de colonos estrangeiros. A lei ali está, vejão-a.

Sr. presidente, não contesto que essa lei em certos casos estabeleça penas muito descommunes; mas, admitindo-se mesmo isto, não me parece opportuna semelhante objecção agora na primeira discussão, quando na segunda poderemos muito bem emendar o projecto nesta parte; e com effeito, para remover os escrúpulos do nobre deputado, desde já declaro, aceitarei qualquer emenda no sentido de melhorar as disposições do projecto neste ponto.

Procurei calculadamente evitar um projecto complicado. E demais, sou daquelles que entendem serem as melhores reformas, por via de regra, aquellas que tirão o maior partido da legislação que vigora. Com o amor da estabilidade, com o amor da tradição, deva muitas vezes animar-se o espirito innovador. Distó dependa quasi sempre a suprema sabedoria dos governos.

O nobre deputado, autor do requerimento, quer que esta medida, que discutimos, e me parece urgentissima, e tão urgente quanto são imperiosas e graves as circumstancias do paiz, fique dependente de uma lei que ainda não foi nem ao menos apresentada nesta casa.

O Sr. BURLAMAQUE: — Pôde sê-lo de um momento para outro.

O Sr. BARROS BARRETO: — Não sei.

Emfim, o nobre deputado, louvando-se nas palavras do nobre ministro da agricultura, parece julgar a nossa agricultura em um estado muito prospero.

Sr. presidente, se com effeito a nossa agricultura no norte parece prosperar, devamos attender que isto é devido á cultura do algodão; e que esse phenomeno é tão ephemero como o preço exorbitante, nunca visto, fabuloso, de que tem gozado este producto.

Entretanto a cultura da canna resente-se immensamente da falta de braços, resente-se até da falta de pericia dos nossos agricultores, da falta de conhecimentos technicos indispensaveis, de maneira que essa nossa

primeira lavoura do norte se acha quasi na sua primeira infancia.

Para não roubar mais tempo á casa vou sentar-me declarando votar contra o requerimento por estar convencido de se poder na 2ª discussão emendar o projecto de modo que se converta em uma boa lei, de que tanto precisamos com urgencia. Escusada portanto é a delonga de ir elle dormir somno profundo na pasta de alguma commissão. Voto pois contra o requerimento.

Sessão em 11 de Junho.

ESTRADAS DE FERRO DE PERNAMBUCO.

O Sr. Souza Carvalho: — Sr. presidente, vou procurar responder ás observações do meu nobre amigo e comprovinciano que acaba de sentar-se.

Eu estava longe de esperar esta impugnação ao projecto; ella prova-me unicamente que não ha idéa, por mais justa, pratica e razoavel, que não possa soffrer objecções e embaraços sob qualquer fundamento.

Disse o nobre deputado que a camara não podia votar este projecto porque não conhecia a lei provincial a que elle se refere. Senhores, esta observação do nobre deputado, e todos os corollarios que elle dahi tirou, só mostram uma deploravel confusão da materia de que se trata! A provincia de Pernambuco fez uma lei, marcando condições, para a execução de estradas de ferro; contribuiu com todos os meios ao seu alcance para a realização desta idéa. O que a provincia fez é de seu pleno direito; nós não temos que ver com isso, nem precisamos conhecer essa lei provincial. Mas ha favores que não estão na alçada da provincia, dependem da assembléa geral, e são destes que se trata.

O Sr. Seraphico: — Conviem saber desses favores.

O Sr. Souza Carvalho: — Lá vou. Portanto, a questão deve ser unicamente esta: a assembléa geral deve ou não conceder os favores que são de sua competencia, dos quaes depende a realização deste negocio? Esta é a questão, não ha outra. (Apoiados.)

O Sr. Seraphico: — Então para que se falla nesta lei provincial?

O Sr. Souza Carvalho: — Mas o nobre deputado não ficou shi; na serie das suas observações, que pedi licença ao nobre deputado para qualificar de pouco exactas, pouco fundadas, disse que este projecto era desnecessario, porque pelo art. 2º da lei de 26 de Junho de 1852 o governo geral estava autorizado a fazer contratos relativos a estradas de ferro. A este respeito o nobre deputado labora em manifesto engano. Primeiramente, observarei que esse artigo da lei de 1852 exige que os contratos sejam submettidos á approvação do corpo legislativo. Em segundo lugar, parece que elle já está revogado, ao menos em parte, pelo art. 2º, § 2º, da lei de 22 de Agosto de 1860.

O Sr. Seraphico: — Então o Sr. ministro da agricultura funda-se em uma lei revogada.

O Sr. Souza Carvalho: — O paragrapho citado da lei de 22 de Agosto torna dependente de autorização legislativa especial a criação e organização ou incorporação de companhias que emprenderem a construção de estradas de ferro. Supponho que é doutrina corrente na secretaria da agricultura que sem tal autorização não se podem fazer concessões desta natureza; ainda ha pouco tempo tratou-se alli de um projecto de estrada de ferro entre Santa-Catharina e o Rio-Grande do Sul, e o despacho foi neste sentido; tratou-se da realização de uma estrada de ferro do Recife a Nazareth e Limoeiro, e o Sr. ministro entendeu que sem autorização da assembléa geral o governo não podia fazer a concessão.

O Sr. Seraphico: — E como se fez a de Valença firmada na mesma lei? Aqui está o decreto.

O Sr. Souza Carvalho: — O nobre deputado disse ainda que este projecto concedia grandes favores á projectada empresa, que dava á companhia o privilegio para explorar minas. Isto não é mais do que a cópia

fiel de igual concessão que o poder legislativo fez, ainda ha pouco, á estrada de ferro pelo systema *tram-road* entre a cidade da Cachoeira e a Chapada-Diamantina, na provincia da Bahia; a respectiva lei do anno passado diz que a companhia gozará do privilegio de explorar dentro da zona da estrada contratada quaesquer minas que descobrir, etc. Já vê a camara que se trata apenas de uma concessão muito vulgar.

O Sr. Seraphico: — E as outras concessões?

O Sr. Souza Carvalho: — Notou mais o nobre deputado a grande concessão, no seu entender, dada a uma companhia para estabelecer uma fazenda normal á sua custa, ficando isentos de direitos os objectos importados para essa fazenda. Isto será um grande serviço, se houver companhia que o queira fazer á sua custa; longe de ser um mero favor particular, é uma cousa de utilidade publica incontestavel, que o Estado por si mesmo nunca pôde realizar, e que será uma fortuna se alguma companhia pretender levar a effeito.

O Sr. Seraphico: — Dá-se-lhe tambem duas leguas de terras devolutas.

Um Sr. Deputado: — *Latet anguis in herbis.*

O Sr. Souza Carvalho: — O nobre deputado, que se mostra tão perspicaz, pôde revolver as hervas e extrahir as *anguis*.

O nobre deputado disse ainda que não acha onus algum para a companhia, e só para o Estado. Senhores, é pequena cousa fazer uma estrada de ferro? Será isto cousa pouca onerosa?

E' preciso comprehender o fim e os meios de realizar essas estradas. A assembléa provincial de Pernambuco autorizou ao governo da provincia a fazer contratos, dependentes de ulterior approvação legislativa, para a construção de estradas de ferro, mediante a subvenção de uma parte do custo das estradas.

O Sr. Seraphico: — E' bagatela.

O Sr. Souza Carvalho: — O nobre deputado julga que isto é uma cousa extraordinaria; mas eu lhe observarei que em Portugal, mediante uma subvenção consideravel, não se pôde realizar a estrada de ferro do suéste, e o governo reformou o contrato concedendo garantia de juro.

Ora, Sr. presidente, sendo diminutos os meios de que dispõe a provincia de Pernambuco para levar a effeito esse seu *desideratum*, os signatarios do projecto em discussão, renunciando expressamente a toda a idéa de garantia de juro, subvenção, empréstimo ou outro auxilio pecuniario do governo geral, lembrarão-se de autorisar a fixação do preço dos fretes, quando muito até 25 % além dos preços que se pagão na estrada de ferro de Pernambuco.

O Sr. Seraphico: — E' beneficio á lavoura o augmento da tarifa?

O Sr. Souza Carvalho: — Um dos maiores beneficios que se podem fazer á lavoura é dar-lhe estradas de ferro. Não é isso impôr-lhes um onus ou obrigação, porque quem quizer poderá continuar a mandar seus generos ás costas de animaes.

As proprias companhias são interessadas em baixar o preço dos transportes, como tem acontecido na estrada de ferro de Pernambuco, cujos fretes começaram muito mais altos do que actualmente estão, e forão sendo successivamente reduzidos. Não sei que seja grande favor concedido a uma companhia que começa agora permitir-se-lhe exigir 25 % mais dos preços que actualmente se pagão pelo transporte na estrada de ferro de Pernambuco, os quaes, como disse, já forão muito mais elevados.

E depois, é claro que a barateza dos fretes deve ser proporcional á abundancia dos transportes. Em Londres, onde é immenso o numero dos passageiros dos omnibus, paga-se pouco mais de tres vintens pela distancia que aqui se percorre por doze vintens. E' igualmente claro que os ramaes de uma estrada de ferro têm menos generos e passageiros para transportar do que a estrada principal.

O nobre deputado fallou tambem nos 10 % de renda. Senhores, o projecto que grande parte da deputação de Pernambuco teve a honra de offerecer estabeleceu

que seja permitido ás companhias de que trata receber da administração da companhia da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco 10 % da renda arrecadada por esta companhia, proveniente dos generos e passageiros que á respectiva estrada chegarem, transportados pelos *tram roads*, e forem levados ao seu destino pela mesma estrada de ferro do Recife ao S. Francisco. Não sei se o nobre deputado prestou bastante attenção a esta clausula; mas ella se acha concebida do seguinte modo: « A disposição do presente artigo dependerá do accordo entre as sobreditas companhias ou contratadores e a companhia da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, sem o qual ficará sem effeito o mesmo artigo. »

Já vê o nobre deputado que isto é uma condição voluntaria. E que grande concessão é essa? A companhia da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco nada perde, porque esses frates dependem da existencia da nova companhia; como se quer fazer disto um grande castello?

O Sr. SERAPHICO:—Para os cofres publicos é de grande importancia.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Os cofres publicos nada perderão com os ramaes projectados, porque elles concorrerão poderosamente para diminuir a garantia de juros que paga o governo. Quanto maior carga a estrada actualmente tiver para transportar, tanto mais crescerá a sua renda. (*Apoiados.*) Os ramaes em geral não são mui lucrativos, e se não se permittir a estes que se projectão uma pequena participação nas vantagens que acarretarão á estrada principal, talvez seja impossivel achar capitães para leva-los a effeito.

O nobre deputado censurou o projecto por não estabelecer multas, e por este motivo apresentou uma emenda. Vejo ainda nisto uma deploravel confusão da questão. Os contratos das estradas projectadas são provinciaes, as obras são provinciaes, e portanto essas multas devião estar simplesmente a cargo da provincia. Vou provar ao nobre deputado que no art. 5º de um contrato provincial, que sobre este assumpto já se celebrou em Pernambuco, estão previstas as multas.

Diz o art. 5º: « O concessionario dará começo aos trabalhos no prazo de dous annos e os concluirá dentro de seis annos, a contar da data da approvação deste contrato, pela assembléa provincial, sob pena de uma multa de dez centos de réis, salvo o caso de força maior. »

O Sr. SERAPHICO:—Desistirei desta emenda.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Se o nobre deputado tivesse reflectido que a obra é provincial, filha de uma lei provincial, attendida em um contrato provincial, veria que essa condição de multas e outras clausulas são da competencia da provincia, e que não temos nada que ver com isso.

O Sr. SERAPHICO:—Só podemos conceder vantagens?

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Neste contrato que offereço ao nobre deputado para consultar, outras multas se achão prescriptas. Diz o art. 2º:

« O concessionario obriga-se a apresentar ao governo da provincia, dentro do prazo de um anno, a contar da data deste contrato, sob pena de uma multa de um conto de réis, as plantas, perfis, orçamento detalhado e descripção das obras, etc. »

Já vê, portanto, o nobre deputado que tudo isto é da competencia da provincia, e que, portanto, deve prescindir de todas as suas emendas.

O Sr. SERAPHICO:—Prescinda a camara; eu não.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—As outras emendas são como essa que acabo de analysar; se eu as tivesse previsto, teria dado tambem sobre ellas resposta tão irrefragavel, como a que já dei.

Trem rodante: é outro objecto que, se fosse necessario marcar condições a respeito delle, deveria ficar ao cuidado da provincia de Pernambuco. A companhia da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, é certo, recusou-se a augmentar o trem rodante em proporção do augmento dos generos que tinha de transportar, allegando que um decreto do governo, de 11 de Agosto de 1855 (art. 5º), marcava o trem que haveria para o serviço da estrada, pelo que entendia a companhia que

o augmento do trem só teria cabimento, participando o governo da despesa, visto ser interessado no augmento dos transportes por causa da garantia de juro. Mas, Sr. presidente, não se tratando agora de companhias com garantia de juro, é claro que ellas serão as primeiras interessadas em ter o trem necessario, e por este motivo não será necessario fazer tal exigencia.

Senhores, devo observar que, além das clausulas que dependem de concessão voluntaria da companhia da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, tudo mais que se contém no projecto é simples cópia de disposições de decretos do governo sobre outras estradas de ferro, e particularmente da lei do anno passado concernente á estrada da Bahia pelo systema *tram-road*, cuja approvação não foi impugnada nesta casa por pessoa alguma.

O nobre deputado não deve ser tão exigente a respeito dos melhoramentos de Pernambuco. Faço justiça aos seus sentimentos; mas permitta-me o meu nobre amigo observar que não era delle que eu esperava que partissem objecções tão infundadas contra um negocio de tanta importancia para a nossa provincia. Eu esperava ver o nobre deputado unir o seu voto aos nossos nessa questão. O zelo manifestado pelo nobre deputado só pôde servir para embaraçar a adopção de um projecto de utilidade tão reconhecida para Pernambuco.

Senhores, sempre que se organisão companhias de estradas de ferro não falta quem exagere as vantagens que hão de colher, os lucros que hão de tirar taes empresas, julgando, portanto, que se lhes deve pôr embaraços. Entretanto, os resultados provão que as concessões são insufficientes, e o interesse publico move sempre o governo e os legisladores a lhes fazerem outras maiores.

Os nobres deputados se hão de lembrar do repetido e successivo augmento de vantagens que o governo imperial teve de conceder á estrada de ferro de Pernambuco e ás outras, para que fosse possivel realizarem-se tão grandes melhoramentos para o nosso paiz.

Isto não aconteceu só no Brazil, tem acontecido em França. Consulte o nobre deputado a historia dos caminhos de ferro da França, e verá que o governo daquella paiz tem-se visto obrigado a alargar as concessões primitivas. Ainda ha pouco, na *Revista dos Dous Mundos* do 1º de Janeiro do corrente, li a este respeito o seguinte:

« O Estado não procedia com liberalidade para com as companhias senão para exigir muito dellas em beneficio do publico; o que elle lhes dava em concurso material ou moral tinha de ser immediatamente empregado em proveito da rede de caminhos de ferro; a cada concessão correspondia um encargo, e mais de uma vez, depois da assignatura desses contratos, em que a responsabilidade pecuniaria do thesouro era cuidadosamente limitada, o governo se via obrigado a reconhecer que não havia concedido bastante, ou que tinha exigido de mais. »

A' vista disto não alcanço como pôde o nobre deputado vir fazer grandes escarções contra os insignificantes favores concedidos em o projecto que contém entre as suas clausulas o art. 2º, que assim se exprime:

« As companhias ou contratadores ficarão obrigados ás condições seguintes:

« §2º Não reclamar em tempo algum prestação, subvenção, garantia de juro, emprestimo ou qualquer orus pecuniario do Estado. »

Quando se trata de uma empresa tão util, tão pouco gravosa ao Estado, não posso comprehender nem aplaudir as observações do nobre deputado. Voto pelo projecto, pela emenda do nobre deputado o Sr. Luiz Felipe, e contra as emendas do nobre deputado. (*Apoiados; muito bem.*)

Sessão em 22 de Junho.

ESTRADAS DE FERRO DE PERNAMBUCO.

O Sr. Souza Carvalho:—Sr. presidente, disponho de pouco tempo para responder ao nobre deputado pelo Ceará que fallou em ultimo lugar sobre este pro-

jecto. Assim, esforçar-se-me-hei por ser o mais breve possível.

Disse o nobre deputado que se oppunha ao projecto por basear-se em um contrato provincial summamente oneroso á provincia de Pernambuco.

O Sr. C. OTTONI:—Por ser baseado em contrato que não tem base.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Eu responderei ao nobre deputado.

A questão é muito simples. A provincia de Pernambuco, usando das suas attribuições e dos seus recursos proprios, trata de levar a effeito estradas de ferro, conhecidas pelo nome de *tram-ways* ou *tram-roads*, que liguem os seus centros populosos com as estações do caminho de ferro do Recife ao S. Francisco. Uma lei provincial estabeleceu os meios de se obter tão grande melhoramento.

Depois dessa lei, e antes de se celebrar contrato algum provincial, foi apresentado este projecto. Repudiando expressamente a idea de qualquer auxilio pecuniario do thesouro nacional, ella concede unicamente para coadjuvação das estradas de ferro que a minha provincia trata de realizar a isenção de direitos de importação do material, machinas, instrumentos e utensilios necessarios—a applicação das leis geraes ás desapropriações que se tiverem de fazer,—a explorações de minas nos mesmos termos em que ainda o anno passado a lei de 16 de Junho a outorgou a uma empresa idêntica da provincia da Bahia,—as disposições estabelecidas por lei a respeito dos trabalhadores das estradas de ferro.—concessões todas estas que o governo e a assembléa geral ainda não recusarão a empresa alguma séria (*apoiados*); e consente que a companhia da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco faça livremente e por si mesma alguns favores ás companhias das projectadas estradas.

E' tudo quanto se pede á assembléa geral legislativa em nome da provincia de Pernambuco, como auxilio de um immenso melhoramento para a sua agricultura e commercio, e ao mesmo tempo para allivio do thesouro nacional, que, na qualidade de garante dos rendimentos da estrada do Recife ao S. Francisco, tem grande interesse em concorrer para que a construção de ramoes dessa estrada vá augmentar a importancia das mercadorias que ella transporta, e por consequente dos fretes que arrecada.

Não sendo facil combater a concessão de favores tão insignificantes, em face do fim momentoso a que elles são destinados, o nobre deputado pelo Ceará, natural de Pernambuco, pretendeu erigir-se em censor da sua provincia relativamente ao contrato por ella já celebrado para a execução de uma dessas novas estradas do ferro....

O Sr. URBANO:—Censor da provincia?

O Sr. SOUZA CARVALHO:—.... Censurou os actos dos poderes da provincia, da presidencia e da assembléa de Pernambuco.

O Sr. FIGUEIREDO:—Diga antes que eu fui o defensor dos legitimos interesses da minha provincia.

O Sr. URBANO dá um aparte.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Surprende, senhores, como os nobres deputados se julgão habilitados para trilhar esse terreno, pertencendo a um partido que no Brazil sempre hasteou a bandeira das franquias provinciales. O negocio de que se trata não é daquelles sobre os quaes a assembléa geral possa exercer attribuições, revogando o que estabeleceram as assembléas provinciales.

A assembléa legislativa de Pernambuco usou de um direito, e não está sujeita á tutella a que os nobres deputados parecem querer submittê-la....

O Sr. C. OTTONI:—Sómente exerceria o seu direito enquanto não viesse pedir favores ao poder geral.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Os favores de que se trata não autorisão os nobres deputados a chamar a contas a minha provincia, e talvez seja infructifera a pretensão de inutilisar o effeito dos actos legitimos da sua assembléa.

Examinemos, por exemplo, o principal desses fa-

vores, a isenção de direitos de importação para o machinismo e outros materiais necessarios ás estradas de ferro que a provincia de Pernambuco trata de levar a effeito.

Pela legislação já existente a administração da provincia pôde dispôr as cousas de modo que taes objectos sejam despachados livres de direitos de importação, sem ser preciso que a assembléa geral legislativa lhe tome contas da conveniencia ou da fórma da applicação que elles vão ter.

O art. 512 do regulamento das alfandegas assim se exprime: «Será concedida isenção de direitos de consumo ou de importação, mediante as cautelas fiscaes que o inspector da alfandega, ou administrador da mesa de rendas julgar necessarias, ás seguintes mercadorias e objectos:.... § 23. As mercadorias e quaesquer objectos pertencentes ás administrações provinciales, directamente importados por sua conta para serviço publico.»

Ora, o fim para que têm de ser importados objectos a que me refiro é um fim de serviço publico: a administração provincial de Pernambuco pôde mandal-os buscar por sua conta e contratar a applicação delles com a empresa encarregada da execução da estrada de ferro. A lei, quando estabeleceu a isenção de direitos de importação para os objectos mandados vir por conta das administrações provinciales, não exigio que a assembléa geral previamente conhecesse e approvasse o fim e o modo da applicação de taes objectos; assim como as leis de orçamento quando marcam verbas para auxilio das obras provinciales, e o governo imperial, quando as distribue pelas provincias, não exigem o conhecimento e a approvação prévia das obras a que ellas vão ser applicadas. Estava reservado ao liberalismo dos nobres deputados querer opprimir as provincias com mais essa peca de uma centralisação esterilizadora.

Os nobres deputados poderão talvez conseguir privar desses pequenos auxilios as grandes obras que se projectão em minha provincia. Mas os seus esforços, ainda sendo coroados de resultado, talvez não passem de um estorvo temporario e insufficiente para inutilisar o fim a que se propoz aquella assembléa provincial. Já mostrei como poderão ser despachados livres de direitos de importação os materiais necessarios.

Pelo que toca ás leis de desapropriação, as provincias tambem têm legislação a este respeito, e creio que não estão inhibidas de adoptar medidas semelhantes ás que os poderes geraes adoptarão para as desapropriações necessarias aos caminhos de ferro; as provincias tambem estão acostumadas a fazer as suas estradas e a effectuar as desapropriações que ellas exigem.

As assembléas provinciales não podem, é verdade, conceder aos trabalhadores dos seus caminhos de ferro os favores que o art. 1º § 9º e o art. 2º da lei de 26 de Junho de 1852, bem como diversos decretos do governo, julgááo conveniente outorgar para a execução de taes empresas; mas assim mesmo, sem essas facilidades estabelecidas, as obras provinciales não deixão de achar trabalhadores. E' certo que as clausulas relativas á concessão de minas contidas nas leis e decretos sobre estradas de ferro são um attractivo para nellas empregarem-se cabedões estrangeiros; não me consta porém que até hoje as nossas companhias de estradas de ferro se tenham aproveitado dellas para occuparem-se com trabalhos de mineração.

Sr. presidente, á vista das considerações que fiz, julgo-me dispensado de responder a todas as censuras feitas pelo nobre deputado do Ceará ao contrato a que me referi, pois esse contrato não está sujeito á nossa approvação. Celebrou-o um poder independente, que podia prescindir das idéas, por mais luminosas que sejam sobre esse assumpto, de qualquer dos membros desta camara, e não deve passar pelas forcas caudinas da tutella que os nobres deputados querem estabelecer.

O Sr. C. OTTONI:—Apoiado, rejeitando-se o projecto.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Entretanto, farei ligeiras observações, acompanhando ao nobre deputado. Senhores, é notavel a falta de exame com que o nobre de-

putado fallou sobre a materia. Penso que o nobre deputado nunca leu nem teve occasião de ler o contrato que analysou estigmatizando, e que apenas o conhece por aquillo que disse ácerca delle uma correspondencia publicada no *Diario de Pernambuco*.

Quem celebrou esse contrato? Celebrou-o um administrador, o Sr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, cuja intelligencia e zelo escrupuloso forão com justiça apreciados pelo nobre deputado.

O Sr. FIGUEIREDO: — E' exacto, é um bello character. (Apoiados)

O Sr. SOUZA CARVALHO: — O Sr. Dr. Manoel Clementino não é só um bello character: reúne á intelligencia a sagacidade, e seus escrupulos economicos são tão apurados que, sendo de 10\$ diários em muitas provincias o subsidio dos deputados provinciales, elle julgou dever negar sanção á lei provincial (sobre objecto de natureza tão melindrosa) que marcava igual subsidio em Pernambuco. Qualquer contrato que esse administrador faça estou persuadido que ha de ser justo e razoavel para ambas as partes; mas, se por acaso fór lesivo para uma dellas, posso asseverar que será antes contra o particular do que contra o governo.

O Sr. FIGUEIREDO: — Admira que, tendo todos estes predicaes, não o quizessem para administrar a provincia.

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Não sei o que significa este aparte, nem desejo desviar-me da discussão.

Os nobres deputados querem fazer acreditar que foi illudida a boa fé desse vice-presidente. Senhores, tão infundada supposição não póe nem sequer justificar-se pela circumstancia de não ser elle profissional em estradas de ferro.

O Sr. Manoel Clementino tinha para consultar, e effectivamente consultou, adous engenheiros distinctos. Um delles, o Sr. Buarque, cuja habilitade e merecido conceito são bem conhecidos, foi ouvido sobre alguns pontos do contrato. O outro, que acompanha toda a discussão do contrato e o redigiu, ainda não é tão conhecido, mas posso asseverar que, além de intelligente e instruido, é summamente escrupuloso e honesto (apoiados); refiro-me ao Sr. Gervasio Rodrigues Campello.

O Sr. SILVINO CAVALCANTE: — Sobre a honestidade do Sr. Campello dou o meu testemunho.

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Já vê a camara que um contrato feizo por um administrador integro, intelligente e sagaz, auxiliado por dous engenheiros habéis e honestos, não podia ser esse escandaloso e nefando patronato que o nobre deputado quiz figurar.

En poderia, se tivesse tempo, ler o contrato em todas as suas partes, para mostrar quanto o nobre deputado foi inexacto no que suppe e lhe informarão a tal respeito. De accordo com a lei provincial, o contrato estipula os meios de effectuar os estudos necessarios e a execução de um *tram-road* entre a estação da Escada e a de Trombetas, da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, que vá ter a qualquer ponto entre a villa do Bonito e a de Bezzerros. Esses pontos terminaes, entre os quaes se tem de fazer a escolha, não são mui distantes uns dos outros, e a extensão da estrada de uma extremidade á extremidade opposta poderá variar apenas de dez a doze leguas.

Têm sido grandes objectos de censura, á falta de outros, o não ter o contrato fixado exactamente o ponto de partida e de terminação da estrada, o valor das obras, e terem ficado as plantas e orçamentos dependentes da approvação do governo da provincia de Pernambuco. A este respeito o contrato provincial não fez mais do que seguir os exemplos do governo geral em contratos desta ardem.

Para não amontoar citações, lembrarei que o decreto n. 1,245 de 13 de Outubro de 1853 assim se exprime:

« Art. 1.º A estrada de ferro, que pelo decreto de 7 de Agosto de 1862 deve começar na cidade do Recife e terminar na povoação d'Água-Preta, será levada até o rio S. Francisco, acima da cachoeira de Paulo Afonso, no ponto que se julgar mais conveniente, depois das investigações a que se deverá proceder. »

A condição 1.ª do decreto n. 1,299 de 19 de Dezembro de 1853, relativo á estrada da Bahia, dispõe o seguinte:

« O governo concede ao dito emprehario o privilegio... para a construcção e gozo de uma estrada de ferro, que parta da cidade de S. Salvador, ou de qualquer outro ponto do litoral ou de algum rio navegavel proximo della, e vá terminar no Jorzeiro á margem do rio S. Francisco, ou em algum outro lugar da margem direita do mesmo rio que se reconhecer prestar mais vantagens ás communicacões do interior da provincia e, das outras contraes para o litoral, etc. »

A condição 3.ª tanto do decreto n. 1,030 de 7 de Agosto, sobre a estrada de Pernambuco, como do de n. 1,299, sobre a da Bahia, dizem uniformemente o seguinte: « Os pontos intermedios da linha contractada ficão dependentes de accordo posterior entre o governo e a companhia, depois que esta houver procedido á todos os exames e trabalhos preparatorios, apresentando a respectiva planta, que será submettida á definitiva approvação do governo. » A condição 16 de ambos os decretos assim se expressa quasi pelas mesmas palavras:

« O governo garante á companhia o juro de 5% do capital que se fixar para o emprego na construcção das primeiras vinte leguas da estrada. » A condição 9 do decreto sobre a linha pernambucana e a 21 do decreto sobre a bahiana dispõem o seguinte: « Cumpindo precisar a responsabilidade a que por este contrato se sujeita o governo mediante a garantia dos 5%, será fixado o maximo do custo da obra, devendo ter lugar esta fixação depois que a companhia apresentar os seus trabalhos preparatorios, a planta e o orçamento, com os convenientes detalhes explicativos, ficando tudo dependente da approvação do governo imperial. » Em ambas as referidas estradas geraes, bem como em outras, as plantas e orçamentos submettidos á approvação do governo forão feitos pelos engenheiros das companhias.

E, senhores, o ter a minha provincia seguido os exemplos que lhe derão os poderes geraes relativamente aos pontos terminaes das estradas, ás plantas e á fixação do custo das obras, será motivo para que os mesmos poderes geraes, envolvendo-se em attribuições alheias, neguem a essas empresas provinciales a isenção de direitos de importação e outros favores comestichos e insignificantes de que trata este projecto, e que sempre têm concedido? Não poderia haver maior absurdo, iniquidade e mesquinhaaria!

Houve tanta cautela e escrupulo na lei provincial e no contrato celebrado, que no art. 29 deste conventionou-se o seguinte: « O presente contrato fica dependente da approvação da assemblea provincial, etc. » A assemblea e a administração de Pernambuco, accusadas de terem feito uma escandalosa pacta, estabelecerão como necessaria essa clausula da approvação legislativa posterior, que tanta repugnancia inspirava nesta casa aos fervorosos protectores da estrada de ferro de D. Pedro II.

Ainda mais. O art. 32 do contrato diz o seguinte: « Se o governo entender, á vista do valor do orçamento, que a subvenção marcada no presente contrato é superior aos recursos da provincia, poderá rescindi-lo, etc. » Os estudos e trabalhos graphicos estão sendo feitos custa do emprehario, e se por acaso elle, por qualquer circumstancia, não achar capitais para a empresa, terá de perder essas despesas sem ter direito a indemnisação alguma, ao passo que trabalhos semelhantes vão ser feitos na provincia de Minas, com avultadas despesas, á custa do governo geral, por uma commissão de que é presidente o engenheiro Wither... »

O Sr. C. OTTONI: — Essa commissão é uma embaçadella, não é cousa séria, e eu o mostrarei na discussão do orçamento da agricultura.

O Sr. SOUZA CARVALHO: — O nobre deputado pelo Ceará, no seu zelo pela provincia de Pernambuco, veio expôr-nos um triste painel do estado de decadencia em que ella se acha. Senhores, eu tenho o prazer de informar á casa que são imaginarias apprehensões do nobre deputado.

A provincia de Pernambuco é talvez hoje, em todo o Imperio, a que se acha em melhores condições de

prosperidade. O augmento progressivo de suas rendas, comparado com o das mais provincias, falla mais alto do que tudo que eu poderia dizer. O estado do seu commercio é solido e bõsongeiro; a elevação do cambio em Pernambuco é geralmente conhecida; a crise que pesa sobre a praça do Rio de Janeiro não se estende até á de Pernambuco.

Não é nisso que o nobre deputado poderia achar motivo nem pretexto para impôr á nossa provincia uma tutela insolita dos poderes geraes. E ainda ha pouco a provincia da Bahia não só obteve desta casa e do senado os favores que pretendia para o projectado *tram-road* da Cachoeira á Chapada-Diamantina, como, tendo assignado 5,000 acções para essa empreza, ninguém ainda veio aqui tomar-lhe contas disso e indagar do estado da sua prosperidade e dos seus recursos financeiros. Será Pernambuco mais infeliz do que ella?

O nobre deputado occupou-se muito com as quantias que Pernambuco deve ao governo geral, provenientes da quantia de juros da estrada de ferro. O que Pernambuco deve é o mesmo que deve a Bahia e o Rio de Janeiro. São negocios entre a nação e as provincias, são negocios de pai para filho. O nobre deputado sabe que as provincias carregão com despezas que devião talvez estar a cargo do governo geral. O governo geral tomou a si essa despeza, e creio que o nobre deputado não pretenda lembrar-lhe que mandasse executar a nossa provincia como devedora.

O nobre deputado referio-se de modo pouco favoravel e muito inexacto ao empresario, o Sr. Eduardo de Mornay; e alguém disse então que elle era o contractor feliz a quem o Sr. marquez de Olinda protegia sempre que estava no ministerio. Não me parece o occasião azada para personalidades e para manifestação de antipathias politicas. Rivalidades de provincia já têm servido de estorvo a melhoramentos de Pernambuco. Espero que o espirito de partido não venha pôr embargos a estas que agora se projectão.

É certo que um dos titulos que o Sr. marquez de Olinda tem á estima e á gratidão de minha provincia é a zelosa e esclarecida protecção que presta a todos os seus melhoramentos, ainda quando são promovidos por algum seu adversario politico, de que eu poderia citar exemplos; e esse titulo será tanto mais precioso, quanto for menor o numero dos imitadores do procedimento do digno marquez. E, porém, inexacto que elle durante a sua estada em diversos ministerios tivesse nunca feito contrato algum com o Sr. de Mornay.

Foi com o Sr. Gonçalves Martins, hoje barão de S. Lourenço, que este celebrou o contrato da estrada de ferro de Pernambuco, como se vê do respectivo decreto; foi o Sr. conselheiro Pedreira quem convencionou as modificações feitas á concessão primitiva, e as condições obtidas pelo contractor feliz da Pernambuco não foram superiores ás concedidas aos contractors das estradas de ferro das outras provincias.

Pelo que diz respeito ao Sr. de Mornay, é um caracter honesto....

O Sr. FIGUEIREDO: — Não digo nada contra o seu caracter.

O Sr. SOUZA CARVALHO: — um engenheiro intelligente e emprehendedor, a quem a provincia de Pernambuco muito deve pela realização da sua grande estrada de ferro. Não é exacto que elle tenha a profissão de corretor de caminhos de ferro, como aqui se disse. Até agora a unica estrada por elle contratada era a do Recife ao S. Francisco; e esse privilegio elle não obteve e gozou, como outros, que não sabião de suas casas nem erão profissionais, mas consumindo longo tempo, com seus irmãos, que são também engenheiros, em fazer os trabalhos graphicos, plantas e orçamentos, que foram submettidos á approvação do engenheiro Borthwick, fazendo varias viagens ao Rio de Janeiro e a Londres, organizando pessoalmente a companhia e sendo um dos seus directores.

Nada vejo em tudo isto que possa prestar-se a insinuações menos airozas. Creio que ninguém poderia exigir que o contractor executasse com os seus proprios cabedais uma empreza daquella ordem, que nem o Estado pôde tomar a si. Acrescentarei que elle tem estado em completa divergencia com a directoria da

estrada do Recife ao S. Francisco ácerca das despezas por ella feitas, e da questão do augmento da garantia de juro.

Fallecendo-me tempo para acompanhar o nobre deputado no desenvolvimento que deu a algumas de suas proposições, direi unicamente que a clausula a respeito da concessão de duas leguas quadradas de terrenos devolutos, no caso de os haver (o que é summamente duvidoso), nada é em comparação da concessão de vinte leguas quadradas feita pelo § 4º do art. 1º da lei de 16 de Junho do anno passado relativa ao *tram-road* da Bahia, a qual não excitou nesta casa a menor reflexão. Lembrarei ao nobre deputado que as disposições do contrato ácerca de finanças e de arbitramento forão adoptadas inteiramente de accordo com as condições dos decretos do governo geral que organisarão as estradas de ferro existentes. E dir-lhe-hei que é possível que esse contrato não seja executado por uma companhia estrangeira, mas por alguma organizada mesmo em Pernambuco.

Fallarei agora de uma das emendas apresentadas pelo nobre deputado pelo 5º districto da minha provincia. Querendo igualar os favores concedidos ás novas emprezas aos de que goza a estrada do Recife ao S. Francisco, elle propoz que a isenção de direitos para os objectos importados fosse regulada pela condição 8ª do decreto de 7 de Agosto de 1852. A casa vai ver que o nobre deputado enganou-se, e que desse modo só conseguiria collocar em condições muito inferiores as novas estradas, pois a condição 8ª do decreto de 7 de Agosto de 1852 foi revogada e substituida pela condição 9ª do decreto de 13 de Outubro de 1853. (O orador lê uma e outra condição.)

O Sr. SERAPHICO: — Foi só revogada em parte.

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Acha que a revogação foi só em parte? Os favores que o nobre deputado queria conceder forão muito ampliados por essa condição do decreto de 1853, e já vê que assim fallaria inteiramente o seu pensamento de igualar as vantagens de taes emprezas.

Sr. presidente, aquelles que nesta casa, ha dous annos, oppuzerão-se ao desenvolvimento das estradas de ferro da Bahia e Pernambuco, se quizessem hoje até impedir a provincia de Pernambuco de fazer a sua custa e sem receber um real dos cofres geraes as suas estradas de ferro, não farião mais do que demonstrar a desaffeição systematica que votão á minha provincia. Estou certo, porém, que essa hostilidade gratuita não seria auxiliada por Pernambucano algum que tivesse tido tempo de reflectir seriamente sobre as condições insignificantes deste projecto, e sobre as grandes vantagens que delle devem resultar á sua provincia.

Tenho concluido.

Sessão em 1 de Setembro.

REFORMA BANCARIA.

O Sr. C. OTTONI: — Não me inscrevi para tomar parte neste debate: e se o regimento da casa me permittisse inserir na acta uma declaração de voto succintamente motivada levaria até o fim a minha abstenção. Não tinha o desejo de vir á tribuna intrometer-me nesta discussão por varios motivos; e ainda que um delles cahio hoje perante uma declaração de S. Ex. o Sr. presidente do conselho, todavia os outros me levarião a continuar em silencio e, como já disse, a limitar-me a lavrar um protesto na acta, se m'o permittisse o regimento.

Eu disse que um dos motivos da minha abstenção havia cahido; explicar-me-hei. Era esse motivo uma das principaes convicções que me ficou da leitura da discussão do senado e dos discursos proferidos nesta casa, isto é, que o fim principal do projecto, o seu resultado immediato e mais efficaz era pura e simplesmente dar dinheiro ao thesouro; era uma lei de recursos extraordinarios para occorrer ás despezas extraordinarias: assim me parecia. Entretanto o Sr. presidente do conselho nos disse que não considera o projecto como lei de recursos....

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Dá alguns recursos, mas não é o seu fim principal.

O Sr. C. OTTONI:—... não considera S. Ex. como fim principal os recursos que dá o projecto ao thesouro; e do mais que disse a este respeito inferi eu, não sei se com razão, que S. Ex. não dá a estes recursos que podem vir do projecto importancia tal que fizesse questão da passagem este anno do projecto, se não fôra a necessidade urgente de melhorar o meio circulante.

Eu observarei que, partindo de supposição contraria, julgava, e ainda me parece que o fim principal do projecto é dar dinheiro ao thesouro. Este motivo, disse eu, concorria para o meu silencio. Disse-se até, se me não engano, no senado, que o projecto facilitava ao governo o levantamento de cerca de 30,000.000\$: que com estes 30,000.000\$ provavelmente se acabaria a guerra do Paraguay.

Portanto, tratando-se de meios para a guerra, resolvei calar-me, resolvei não pôr na roda do carro ministerial a mais pequena pedra, nem mesmo a do embaraço que podia resultar de minha palavra, em geral pouco autorizada (*não apoiados*), e muito pouco nestas materias, a que, como sabe a camara e eu confesso, não tenho dado a mór parte de meu tempo. Não queria, pois, crear embaraços; é dinheiro para a guerra, calo-me. Entretanto, vendo no projecto gravissimos inconvenientes, deseei declarar o meu voto.

Sr. presidente, essa declaração de S. Ex. o Sr. presidente do conselho parece-me que nos devia conduzir a uma conclusão diversa da de S. Ex. Se se não trata de uma lei de meios, se não se tem em vista haver dinheiro para despesas extraordinarias, se o que se quer é melhorar o meio circulante, se se trata de estabelecer medidas financeiras de um grande alcance futuro, então, Sr. presidente, a discussão nesta casa não deverá ter corrido como correu; então era indispensavel um debate mais largo, embora se adoptassem algumas medidas momentaneas.

Eu digo que a discussão não deverá ter corrido como correu, porque notei que, tendo apenas fallado um ou dois oradores da camara, S. Ex. o Sr. presidente do conselho, no começo da sessão de hontem, anticipou-me a fallar, na intenção, que se tornou manifesta, de calhar a discussão.

Então foi assim que, tendo fallado na mesma sessão o nobre deputado por Minas que discorre com tanta eficiencia sobre estas materias, o seu discurso não teve a mais leve resposta.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—V. Ex. quer que eu responda a tudo?

O Sr. C. OTTONI:—Pergunta o nobre presidente do conselho se eu deseei que S. Ex. responda a tudo: replico a S. Ex. com as mesmas palavras que, sem razão, provocarão o seu aparte. O que eu disse é que um discurso de grande peso ficou sem resposta, que havia intenção anticipada do ministerio para não responder, e que essa intenção foi manifestada pelo lugar que S. Ex. tomou no debate e pelos factos que se seguirão.

Digo eu: não se trata de uma medida extraordinaria e urgente para occorrer á guerra contra o Paraguay; trata-se de adoptar medidas financeiras de muito alcance futuro. A discussão não deverá correr como correu; o debate deverá ter sido largo, e o discurso do nobre deputado por Minas deverá ter sido apreciado como o não tem sido.

O Sr. BEZERRA CALVACANTI:—Quem impedio que fosse largo? Tem havido liberdade de fallar a quem o quizer.

O Sr. C. OTTONI:—Eu me refiro ao ministerio, se o nobre deputado me dá licença.

Todavia, Sr. presidente, apesar da contradicção que noto entre a declaração de que não se trata principalmente de haver meios para a guerra e o acodamento com que se quer que passe o projecto, apizar desta flagrante contradicção, eu vou dizer o motivo por que não persisto no meu silencio.

Se me fôra dado motivar uma declaração de voto, bastar-me-hia, Sr. presidente, a consideração a que ha pouco me referi. Não tenho a pretensão de discutir

a materia. Acompanhei a discussão do senado; e acredito que muitos dos meus nobres collegas votão pro ou contra o projecto havendo formado a sua opinião por um meio semelhante. Acompanhei aquelle debate, tão illustrado e tão elevado; mas as impressões que me ficaram não me permitem votar pelo projecto.

Refiro-me principalmente ao discurso do relator da commissão, o illustre senador pelo Rio de Janeiro, discurso que está hoje na folha que publica officialmente os debates do senado. S. Ex. declara que os fins verdadeiros do projecto são: 1º, melhorar o meio circulante; 2º, dar ao governo meios para occorrer a despesas extraordinarias; 3º, fazer um ensaio de instituição de credito hypothecario.

Mas, Sr. presidente, por muito que medite sobre o discurso que li, não vi onde se acha o grande melhoramento do meio circulante; a massa de papel fiduciario que existe no mercado continuará no mesmo.

Se disse — não será augmentada; mas tambem não se disse cousa ainda mais essencial — será diminuida. Eu não posso descobrir onde está o melhoramento do meio circulante que justifique a passagem de um projecto como este a galope, ás carreiras manifestamente, havendo alguns membros da maioria pedido aos oradores que abreviassem os seus discursos para que se vote hoje. Não comprehendendo o acodamento. Não me alongarei sobre esta questão do melhoramento do meio circulante; mas faço esta declaração como um dos motivos do meu voto contra.

Mas em relação a outras medidas concernentes ao banco do Brazil, em relação a esses recursos que se dão ao governo, o que vejo é que para crear-se um estado de cousas, que, segundo a phrase do illustre Sr. visconde de Itaborahy, desobstrua os canaes da circulação para que o governo os possa novamente encher com os seus bilhetes, para cessar essa ordem de cousas se estabelece a respeito do banco do Brazil uma medida em que me é absolutamente impossivel votar sem declarar o motivo.

O proprio relator da commissão, o nobre senador pelo Rio de Janeiro, apreciou o banco do Brazil, pouco mais ou menos, neste sentido: não soberão executar, não soberão fazer funcionar a instituição creada em 1853, não soberão geri-la. Disse mais S. Ex.: os accionistas não têm interesse pela instituição. Acrescentou: nas proprias reuniões da assembleia geral do banco, quando se vai discutir alguma idéa de sicance futuro, quando não se trata de cabala para elger amigos, os accionistas retiram-se, não ha casa. Disse mais S. Ex.: desculpa-se aos directores a sua má gerencia, porque são naturalmente influidos por esse espirito da associação que dirigem: filhos dessa instituição, eleitos por elles debaixo destas vistas, não podem representar outro pensamento. Daqui a ruina do banco do Brazil.

Mas, senhores, depois desta descripção, o projecto lança sobre o paiz um tremendo imposto para salvar: não só até o ultimo vintem daquelles que não soberão gerir a sua fortuna particular, mas para dar-lhes lucro correspondente a 30 % de seu capital, que é garantido no fim de certo prazo. A' custa de quem? A' custa do curso forçado e geral das notas do banco, á custa da concessão que se lhe faz de só retirar da circulação no prazo de 20 annos o seu papel, á custa, finalmente, de um verdadeiro emprestimo de 41,000.000\$ feito ao banco. Esses lucros donde sahem senão do paiz em geral?

Depois de descripta aquella associação, como o foi pelo nobre senador pelo Rio de Janeiro, posso votar por uma lei que vai salvar todos esses erros e convertê-los em acertos, que vai premiar os accionistas á custa da massa geral da população? Não posso resolver-me a isso.

Como a este respeito outros têm fallado melhor do que eu, e suas observações, ainda ha pouco confirmadas pelo ultimo orador, não têm sido respondidas, eu, não tendo a presumpção de mais esculpecer o assumpto, passarei a outro ponto.

Uma das vantagens do projecto, a ultima, é a tentativa para fundação de uma instituição de credito hypothecario, de credito real.

Ainda a este respeito meditei o discurso do illustre senador pelo Rio de Janeiro com o cuidado de quem

respeita as suas luzes, as suas intenções não menos de que qualquer outro. Devo, porém, confessar que nunca a argumentação de S. Ex. pareceu-me mais illogica.

O nobre senador a quem me refiro não crê na possibilidade da fundação de uma instituição de credito hypothecario no Brazil não só hoje, como por muitos annos futuros: allegou S. Ex. factos e circumstancias recentes. Sem entrar na apreciação desses factos e circumstancias, eu consigno o seguinte: S. Ex. não crê na possibilidade da instituição que o projecto quer estabelecer; e não crendo, diz-nos, entretanto, que, visto ontros apregoarem a necessidade e praticabilidade de outorgar-se á nossa lavoura semelhante beneficio, S. Ex. crê a repartição hypothecaria do banco do Brazil para verificar praticamente quem tem razão, se elle desorente da instituição de credito hypothecario, se os que professão doutrina opposta.

Se eu pudesse por um momento duvidar das intenções do estadista a quem me refiro, pudera dizer—*Timeo Danaos et dona ferentes*—; porque quem tivesse o desejo de demonstrar a impossibilidade de uma instituição de credito hypothecario não seria mais feliz do que com esse ensaio do projecto, que ha de (digo-o sem ser propheta) falhar completamente pelo modo por que vai ser feito. E então, se eu pudesse duvidar (longe de mim tal pensamento) das intenções do nobre senador, poderia dizer que o fim de S. Ex. era matar a idéa, demonstrando-se praticamente que tem razão em sua descrença.

Mas não, não só não duvido das intenções, como não tenho a velleidade de querer voar até á altura dos conhecimentos economicos do nobre senador a quem me referi.

Manifestadas as minhas duvidas, declaro o meu voto como representante da nação, responsavel por elle, e mais nada.

Disse S. Ex. ainda no senado que essas letras do banco do Brazil têm por base as hypothecas da lavoura, entre as quizes o banco deve escolher o capital da repartição hypothecaria, e que essas letras, em grande parte, têm pouco valor, não podendo tizes hypothecas, fallando-se em geral, inspirar grande confiança. S. Ex. expoz os motivos e as difficuldades, as quizes se resumem nas distancias, na falta de registro e de conhecimento da nossa propriedade territorial, na falta de pessoal competente para uma verdadeira avaliação e fiscalisação, e na incerteza que pesa sobre todos os valores dessa especie, porque, em grande parte, acha-se representada por uma propriedade que perece e que presentemente se acha em grande crise.

Em presença destas difficuldades, não admira que as hypothecas que garantem essas letras não inspirem a confiança necessaria. O banco não terá, nos 30 dias que se lhe dão para aceitar a lei, meios para formar um juizo, ainda de longe approximado, do valor dessas hypothecas.

Nesse espaço de tempo não poderá saber se em sua carteira existem 35,000:000\$ de letras que, na forma da lei hypothecaria, possam fazer parte da repartição de que trato.

Daqui se segue, Sr. presidente, que todas as probabilidades são de que, com segurança, na forma da lei hypothecaria, com as cautelas, com a prudencia necessaria para não se desacreditar a instituição que se quer fundar, é impossivel a organisação da repartição hypothecaria.

Portanto, para que decreta-la? Não é manifesto que a uma tal decretação deveria preceder um inquerito sobre a natureza dessas garantias, sobre a carteira do banco? Parece que é de primeira intuição.

Tudo isto converge para a idéa do nobre deputado pelas Alagoas, que ha pouco fallou, idéa robustecida pela declaração ministerial que hoje não se trata de recursos, mas de melhorar o meio circulante. O que convinha seria votar um credito para ter o governo

meios para a guerra, e para que a emissão do banco do Brazil seja restringida quanto a prudencia permittir; e, adoptada esta medida no momento, adiar o melhoramento do meio circulante para a sessão seguinte. Assim teria a camara diante de si uma sessão inteira, e obteria novas luzes.

Hoje, é minha convicção profunda, a camara dos deputados não serve bem o paiz votando este projecto.

Mas, Sr. presidente, até hoje tambem devia haver uma execução legal, tambem o governo devia fiscalisar, e agora é que se nos diz que a emissão do banco excede o limite legal spezar da fiscalisação do governo, e ali estão todos os males que hoje se espontão sem que pudessem vencê-los ou preveni-los a fiscalisação do governo.

Eu, Sr. presidente, não devia talvez sentar-me sem apreciar outra declaração notavel e franca do Sr. presidente do conselho. Disse S. Ex. que em materia de credito pertencia á escola restrictiva. Mas se eu fizesse esta apreciação, receio que eu estivesse um pouco fóra da discussão.

Eu não digo que o espirito do regimento m'o vedasse. Eu entendo que, se viesse á tribuna e dissesse: « Nego o meu voto ao projecto, porque não confio nos executores, embora que os motivos fossem ontros que não financeiros », eu estaria no meu direito e no espirito do regimento desenvolvendo esses motivos. Mas, tendo os illustres senadores e deputados na questão.... mas peço aos nobres ministros da agricultura, do imperio e dos estrangeiros o obsequio de, na 1ª discussão em que isso possa ter lugar, nos declararem se são da escola restrictiva, ou se é questão de begatela, a falta de solidariedade ministerial na questão financeira....

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA: — Antes de nós, o Sr. Souza Franco devia responder.

O SR. C. OTTONI: — Eu começava a proferir a minha ultima phrase que devia preceder o momento de sentar-me; mas a consideração que voto ao Sr. ministro da agricultura, a gratidão que lhe devo por ter anticipado uma resposta que eu mesmo pedia fosse dada em outro debate, estas motivos e considerações para com S. Ex. e para com o ministerio me obrigão a apreciar o apelo de S. Ex.

Disse-nos o nobre miuistro que primeiro devia responder o Sr. Souza Franco. Mas o Sr. Souza Franco ^{SUA} respondeu, e de S. Ex. neste momento me afasto ^{SUA} com medo, tanto reconheço a sua superioridade: o Sr. Souza Franco declarou no senado que não abandonára uma só de suas opiniões; portanto, S. Ex. declarou que não era da restricção do credito, mas sim da liberdade.

S. Ex. adopta este projecto porque lhe pareceu que neste momento havia motivos poderosos, conveniencias publicas que aconselhavam isso; mas, como se disse, como para metter o arado para preparar o terreno para plantar de novo as instituições filhas da sua escola. Mas o Sr. presidente do conselho não se referio ao projecto, nem ao momento, nem a 1859, em que defendia a liberdade do credito; não se referio á derubada ou ao arado; referio-se ao futuro, e os collegas de S. Ex. declararão-se pela liberdade do credito.

Eu já tenho dito que, dadas porventura quaesquer divergencias que devem suppôr-se apparentes entre o presidente do conselho e os outros ministros, o presidente do conselho é o competente, porque entendo que o presidente do conselho é o depositario da politica, seja ella qual fór, e os ministros que aceitarão pastas sob a sua presidencia ficarão solidarios com a sua politica, adoptarão a; e então digo eu, na questão financeira a solidariedade não é necessaria? Entendo que sim: logo, os nobres ministros são todos da escola restrictiva, ou então S. Ex. declare que cada um tem a sua opinião.

Sr. presidente, eu não continuarei, porque não quero desagradar aos nobres deputados da maioria, que têm pedido e pedem que não se prolongue esta discussão.

Tenho concluido.

INDICE DOS ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO.

PRIMEIRO VOLUME.

Aposentadoria de L. J. da Costa. pag. 116.
 » do conselheiro V. F. da C. Piragibe, pag. 179 e 238.
 Companhia de estrada de ferro, pag. 70.
 Creação de collegios eleitoraes. pag. 237.
 Credito supplementar. pags. 99, 115, 188 e 229.
 Dispensa ao bacharel J. D. P. Monteiro, pag. 136.
 » das faltas dadas pelos estudantes que foram voluntariamente para a guerra contra o Paraguay, pag. 53.
 Eleição da mesa. pag. 4.
 » das comissões. pags. 4 e 11. — Nomeação das mesmas. pag. 42.
 » da Bahia (1º districto), pag. 178.
 » do Ceará (1º districto), pags. 102 e 118.
 » de senador. pag. 174.
 Etapa concedida aos que serviram na luta da Independencia, pag. 116.
 Expediente, pags. 4, 10, 25, 42, 53, 70, 89, 115, 136, 154, 174, 179, 185, 201, 218 e 233.
 Fixação da força naval. pag. 15.
 » das forças de terra, pag. 29.
 Interpellações, pag. 43.
 Lei de incompatibilidade. pags. 47, 57, 73, 91 e 118.
 Locação de serviços, pag. 72.
 Matricula de estudantes. pag. 46, 91, 116 e 185.
 Moço circulante. pag. 238.
 Naturalisações. pags. 45, 91, 115, 116 e 136.
 Nomeação de uma comissão especial, pags. 137 e 154.
 Orçamento da guerra, pags. 62, 79, 102, 122, 141, 158 e 182.
 » da marinha. pags. 182, 192, 201 e 223.
 » dos negocios estrangeiros. pags. 15, 29 e 46.

Orçamento geral do Imperio, pags. 4 e 240.
 Pedido de informações. pags. 11, 26, 71, 91, 117, 174, 178, 186, 219 e 220.
 Pensões a D. C. E. de D. Cabrita e outros, pags. 53, 179 e 237.
 » a D. F. de A. Pitanga e outros, pag. 90.
 » a D. V. T. de Azevedo e outras, pag. 90.
 » a D. C. A. Valença e outros. pag. 91.
 » a D. A. T. Vassimon. pag. 219.
 » a viúva e filhas do capitão A. F. Borges, pag. 116.
 » a viúva e filhas do 1º tenente-da armada H. F. Martins. pag. 116.
 » ao ex-soldado J. J. Pereira e outros, pag. 90.
 » ao 1º tenente J. J. de M. Coimbra. pag. 90.
 » ao padre J. B. de Aguiar, pag. 116.
 » ao padre F. N. A. da Franca, pag. 116.
 » aos imperiaes marinheiros M. J. da Silveira e outros. 90.
 » aos soldados I. A. de Carvalho e outros, pag. 90.
 Pretensão do ex-capitão J. B. R. de Souza, pag. 10.
 » de D. L. J. Accioli. pag. 11.
 » de D. L. A. C. Cony. pag. 115.
 » do padre A. M. da C. Leite, pag. 174.
 » da companhia pernambucana de navegação a vapor. pag. 185.
 » de M. J. R. Braga, pag. 237.
 Propostas do ministerio da fazenda, pag. 83.
 » da justiça, pag. 96.
 Reforma eleitoral. pags. 57 e 91.
 Sessão imperial de encerramento e abertura, pag. 3a.
 Su pensão de lugares de consultores, pag. 4.

SEGUNDO VOLUME.

Aposentadoria a G. T. V. T. Rangell. pag. 144.
 » ao conselheiro V. F. da C. Piragibe, pag. 12.
 Creação de collegios eleitoraes. pags. 12, 52, 87 e 146.
 Credito supplementar. pags. 41, 52, 70, 92, 119, 150, 161, 175 e 191.
 » ao ministro da marinha, pags. 21, 34, 41, 103, 124 e 159.
 Direto ao monte pio da marinha. pag. 40.
 Dispensa ao capitão F. A. de Carvalho de embalsar o thesouro da quantia de 750\$ pag. 39, 66 e 103.
 » ao offical da secretaria e ao porteiro do salão desta curia. A. de S. C. Lima e F. J. Fernandes, pag. 3.

Dispensa ao offical maior da secretaria desta camara J. M. de Almeida, pag. 223.
 Eleição da mesa. pags. 22 e 38.
 » da S. Paulo (1º districto). pags. 223 e 245.
 » do Maranhão (1º districto). pags. 4 e 22.
 Emissão do b'nco do Brazil e trocos miúdos, pags. 66, 84, 92, 103, 119, 128 e 147.
 Estrada de ferro de Pernambuco. pags. 162, 178, 194 e 241.
 » de Santa Catharina a S. Pedro da S. I., pag. 227.
 Expediente, pags. 3, 21, 37, 39, 50, 65, 87, 102, 116, 127, 143, 159, 174, 191, 203, 223 e 240.
 Fixação da força naval. pag. 241.
 » de terra. pag. 241.
 Gozo do monte-pio a D. M. A. da C. P. Leitão, pags. 129, 159 e 176.

Interpellações, pags. 161, 176, 178 214 e 243.
 Isenção de direitos de importação para a companhia de carris de ferro do Recife ao S. Francisco, pags. 13 e 67.
 Licença a A. B. P. de Mesquita Junior, pags. 13 e 39.
 > a J. J. da G. e S. I. a e outros, pag. 39.
 > a O. S. Cardoso, pag. 39.
 > a B. J. F. de Barros, pag. 39.
 > a M. S. de Barros, pag. 39.
 > a M. J. de Saboia, pag. 223.
 > a J. C. Monteiro pag. 241.
 > ao desembargador J. F. P. Jorge pags. 13 e 22.
 > ao desembargador A. J. de S. Gomes, pags. 145, 177 e 203.
 > ao Dr. A. J. Moreira, pags. 37, 67 e 87.
 > ao Dr. M. J. Ferreira, pag. 39.
 > ao padre F. V. da Silva pag. 39.
 > ao Dr. J. I. Bahia, pag. 204.
 > ao conselheiro M. R. Villares, pag. 204.
 > ao conselheiro P. A. de M. e A. buque-que, pag. 204.
 Locação de serviços, pags. 40 e 51.
 Lotarias, pags. 51, 161, 175, 224 e 242.
 Matrícula de estudantes, pags. 13, 14, 116, 144, 159, 175, 178, 193, 227 e 242.
 Melhoramento da entrada e do ancoradouro da barra e porto da Laguna, pag. 39.
 Naturalizações, pags. 13, 65, 103, 118, 144, 159, 161, 178 e 203.
 Negocios da provincia de Goyaz, pag. 243.
 Nomeação de J. J. de Souza para o lugar de porteiro graduado da secretaria desta camara, pag. 175.
 Nomeação de C. D. de S. Caldas para o lugar de porteiro graduado do salão desta camara, pag. 50.
 Orçamento do ministério da agricultura, commercio e obras publicas, pag. 8.
 > do ministério da fazenda, pags. 6, 166, 195, 208, 233 e 250.

Pedido de documentos, pag. 191.
 > de informações, pags. 11 e 145.
 Pensão a D. C. E. de D. Cabrita e outros, pag. 12.
 > a D. R. S. T. de Mariz e Barros e outras, pags. 67, 103 e 116.
 > a D. F. de A. Pitanga e outras, pags. 178 e 203.
 > a D. A. T. Vassimon, pags. 178 e 203.
 > a D. A. J. de C. Pacheco pag. 223.
 > a Bernardino Gus'atino pag. 144.
 > ao tenente M. V. da Silva e outros, pag. 52.
 > ao guarda nacional J. A. Pereira, pags. 67, 103 e 116.
 > ao imperial marinheiro J. J. da Cunha pag. 144.
 > > > J. J. Gonçalves, pag. 144.
 Pretensão de D. M. R. T. Pinto, pag. 4.
 > de J. J. F. de R. e Silva, pag. 144.
 > de D. E. A. de F. Bulhões pag. 223.
 > do brigadeiro J. da V. S. de Andréa e D. L. A. da V. S. de Andréa, pag. 160.
 > do capitão J. F. de Oliveira, pag. 191.
 > dos conegos da diocese do Rio-Grande do Sul J. P. de O. Nunes e outros pag. 4.
 Privilegio da industria, pag. 40.
 Promoção dos officiaes subalternos dos corpos de artilharia, pags. 88, 161, 176 e 191.
 Propostas do ministério da Justiça, pag. 14.
 > do Imperio, pag. 229.
 Resposta á falla do throno, pag. 161.
 Reunião das duas camaras legislativas, pag. 23.
 Subscrição para a Chorographia Historica do Dr. Mello Moraes, pag. 52.
 Subsídio dos Srs. deputados, pag. 39.
 Transferencia para um dos corpos de armas scientificas ao capitão D. A. Ferraz, pag. 203.

TERCEIRO VOLUME.

Aposentadoria a G. T. V. T. Rangel, pag. 290.
 > ao conselheiro A. I. de Azevedo, pag. 178.
 > dos empregados do thesouro nacional, pags. 228 e 289.
 Comissão para o estudo pratico das differenças armadas, pag. 229.
 Creação de um collegio eleitoral, pag. 253.
 > de uma faculdade de theologia, pag. 75.
 Decreto que revoga o art. 2º da lei n. 1.919 de 28 de Março de 1857, pags. 61, 220, 240 e 257.
 Direito ao meio soldo ou monte-pio ás viúvas, mães, filhas menores e filhas dos officiaes do exercito e arruados mortos em campanha, pag. 217.
 Dispensa das leis de amortização, pags. 78, 253 e 269.
 Eleição da mesa, pag. 42.
 > de S. Paulo (1º districto), pag. 6.
 estrada de ferro de D. Pedro II, pag. 288.
 > da Pernambuco, pag. 4.
 Expediente, pags. 3, 17, 42, 60, 75, 81, 98, 121, 141, 157, 173, 196, 216, 228, 252, 269 e 287.
 Gozo do monte pio ás irmãs dos officiaes da armada, pags. 159 e 174.
 Interpellações, pags. 9, 85 e 168.
 Isenção de direitos para os materiaes destinados á construcção de duas pontes de ferro sobre os rios Parahyba e Sanhaú, pags. 60, 174, 219 e 230.
 > de qualquer onus pecuniario ás pensões concedidas ás familias dos militares que morrerem na guerra contra o Paraguay pag. 121.
 Licença a J. C. Monteiro, pags. 43 e 76.
 > a J. da S. Travaços, pag. 76.
 > a J. P. Guimarães, pag. 287.
 > ao juiz de direito L. J. de Medeiros, pag. 76.
 > ao vigário P. G. M. Britas, pag. 76.

Loteias, pags. 196, 253, 255, 270 e 267.
 Matrícula de estudantes, 4, 60, 61, 76, 78, 98, 122, 157, 159 e 231.
 Naturalizações, pags. 3, 61, 98, 122, 174, 219 e 269.
 Navegação a vapor do rio de S. Francisco inferior á cabeceira de Paulo Afonso, pag. 289.
 Negocios da provincia de Goyaz, pags. 22 e 142.
 > do Banco do Brasil pag. 268.
 Orçamento da agricultura, commercio e obras publicas, pags. 63, 122, 161, 175, 205, 223, 274 e 290.
 > da fazenda pags. 43, 64, 80, 116 e 122.
 > da receita geral do Imperio, pag. 98.
 Parecer das commissões reunidas sobre o banco do Brazil, pag. 18.
 Patrimonio em terras para S. A. I. a Sra. D. Isabel, pag. 157.
 > em terras para S. A. I. a Sra. D. Leopoldina pag. 157.
 Pedido de documentos, pag. 42.
 > de informações, pags. 22, 159 e 174.
 Pensões a D. E. A. S. de Carvalho e outros, pag. 17, 159, 217 e 230.
 > a D. R. C. de Araripe pag. 42 e 230.
 > a D. M. J. de S. Ferraz, pags. 42 e 230.
 > a D. P. I. Calderon, 42, 230 e 253.
 > a D. A. J. de C. Pacheco, pag. 61.
 > a D. A. J. de M. e Albuquerque, pag. 157.
 > a D. C. G. Vargas, pag. 157.
 > a D. E. M. de Oliveira, pag. 158.
 > a D. R. A. da S. Doria, pag. 158.
 > a D. M. Q. F. Guerra, pag. 158.
 > á filha menor de D. M. F. Martins, pag. 216.
 > ao tenente M. V. da S. e outros, pag. 78, 121 e 142.

Pensões aos impetriaes marinheiros M. F. de N. Barata, M. Garcia, M. A. de Souza, J. J. Gonçalves e J. J. da Cunha, pags. 158 e 230.
 Pretensão da camara municipal do Turyassu pag. 253.
 » da camara municipal de Nitheroy e d. A. M. de O. e Silva e outros, pag. 269.
 » de D. A. J. de A. Brito, pag. 270.
 » de F. A. de L. e Veras pag. 270.
 » de C. L. Maia, pag. 22.
 » de A. V. de A. Silveira, pag. 98.
 » de G. de A. e Silva, pag. 121.
 » de M. J. Lima, pag. 158.
 » de F. B. de Brito, pag. 174.
 » de F. S. das Chagas e outros, pag. 196.
 » de F. X. Martins, pag. 197.
 » de Manoel Lombos, pag. 252.
 » de A. S. de Castro, pag. 253.
 » de M. J. C. R. e Lima e outros, pag. 253.
 » de V. V. do Espirito Santo, pag. 269.
 » do juiz de direito J. de C. F. Vieira, pag. 270.
 » do 1º tenente M. M. da Silva, pag. 42.
 » do Dr. J. B. de Figueiredo e B. J. da F. Ribeiro, pag. 84.
 » do capitão Fernando Schneider, pag. 98.

Pretensão do Dr. J. J. Damasio, pag. 121.
 » de conego Dr. L. R. Alvim, pag. 141.
 » do tenente L. B. G. Uchôa, pag. 158.
 » do ex-tenente A. F. de Carvalho, pag. 197.
 » do Dr. Thomaz Cochraue, pag. 197.
 » dos empregados da camara municipal da corte, pag. 158.
 Privilegio a J. C. Giebert para o estabelecimento de fabricas para a preparação do *stracum carnis*, pags. 84 e 290.
 Prorogação das horas das sessões, pag. 85.
 Reforma do código do processo, pag. 18.
 Reforma do regimento, pag. 82.
 Remissão do que deve ao Estado a D. E. G. de S. Pereira, pag. 196.
 Representação da camara municipal de Nitheroy, pag. 217.
 Resposta á falla do throno, pags. 86, 106, 187, 197, 231, 251 e 270.
 Subscrição para a Chorographia Historica do Dr. Mello Moraes, pag. 289.
 Subsídio dos deputados pags. 61, 106, 141 e 159.
 Vantagens concedidas aos voluntarios da patria, pag. 228.
 Voto de agradecimento, pag. 42.

QUARTO VOLUME.

Ato do meio soldo á viúva do brigadeiro V. J. da C. e Almeida pags. 117, 119 e 159.
 Adiamento das eleições para deputados geraes, pags. 145, 173, 192, 193 e 209.
 Aposentadoria a G. T. V. T. Rangel pags. 5 e 23.
 » aos empregados do thesouro nacional, pags. 45 e 58.
 Augmen. de vencimentos e nomeação do encarregado da lista de presença dos membros desta camara, pag. 208.
 Criação de um collegio eleitoral, pags. 71 e 119.
 Credito supplementar aos ministerios da marinha e guerra, pags. 177, 210, 231 e 239.
 Decreto que revoga o art. 2º da lei n. 1911 de 28 de Março de 1857, pags. 90, 119 e 130.
 Derogação do juizo arbitral necessario, pags. 99 e 115.
 Direito ao meio soldo cu monte-pio ás familias dos officiaes do exercito e armada mortos em campanha, pag. 133.
 Dispensa das leis de amortização, pags. 74, 114, 117 e 119.
 Eleição da mesa, pag. 23.
 » de Pernambuco (1º districto) pags. 118 e 133.
 Especificação das verbas dos crgements da marinha e guerra, pag. 119.
 Expediente, pags. 4, 21, 30, 43, 58, 71, 84, 97, 114, 118, 129, 145, 159, 170, 177, 193, 208, 231 e 238.
 Fixação da força naval, pags. 23, 32, 45, 75, 85, 101, 120, 133 e 240.
 Gozo do monte-pio aos filhos reconhecidos dos officiaes militares, pag. 5.
 Gratificação aos thesoureiros da secção de substituição do papel-moeda e da caixa da amortização, pag. 171.
 Habilitação do liberto para cargos publicos pag. 114.
 Isenção de direitos ás pensões concedidas por causa da guerra contra o Paraguay, pags. 85 e 101.
 Licença a E. G. dos Reis, pags. 23, 73 e 84.
 » ao conego M. J. da C. Braga, pags. 84 e 133.
 » a J. P. Guimarães, pag. 98.
 » a D. J. de F. Lima, pags. 115 e 119.
 » a M. J. de Saboia, pags. 115 e 119.
 Loterias, pag. 85.
 Matricula de estudante, pags. 23, 74 e 114.
 Naturalizações, pags. 5, 31, 73, 84, 209.
 Navegação a vapor no Rio S. Francisco, pag. 23.
 » da capotagem, pags. 85, 99, 115, 125, 160, e 171.

Orçamento da agricultura, commercio e obras publicas, pags. 38, 57 e 59.
 » de receita geral do Imperio, pags. 60 e 79.
 Pedido de informação, pags. 58 e 98.
 Pensões a D. M. A. Ferreira e outros, pag. 22.
 » a D. A. J. de M. e Albuquerque, pags. 72 e 114.
 » a D. M. C. de A. Neves e outros, pags. 98, 133 e 159.
 » a D. M. C. de J. F. Nera, pag. 119.
 » a D. N. L. de M. e Albuquerque e outros, pags. 119, 238 e 239.
 » a D. P. S. de Souza, pag. 129, 146.
 » a D. A. M. das C. Oliveira, pag. 170.
 » a D. L. J. de J. Pinto e outros, pag. 177.
 » a D. C. G. Varga, pag. 178.
 » a Viscondessa do Uruguay, pags. 129 e 146.
 » ao capitão F. Seigner, pag. 209.
 » ao alferes reformado J. Z. de H. Cavalcanti e outros, pag. 22.
 » ao soldado J. S. Perira, pag. 97.
 » a M. R. Neiry, pags. 99, 130 e 146.
 » ao immoel marinho R. Gonçalves e ao soldado D. G. de Souza, pag. 239.
 » a s. f. h. do alferes I. de S. Jacques, pag. 114.
 » as familias dos militares que morrerem em campanha pags. 130 e 146.
 Percepção integral dos vencimentos aos officiaes e praças que h. i. x. m. aos hospitaes, pag. 43.
 Pretensão de B. V. de C. Meneses, pag. 22.
 » de A. G. G. de Santiago, pag. 22.
 » de D. P. da Ponte Ribeiro e outro, pag. 84.
 » de D. A. J. de L. L. Carvalho, pag. 177.
 » de M. J. C. do Amaral, pag. 177.
 » de A. V. de A. Silveira, pag. 209.
 » do bacharel S. A. R. Braga Junior, pag. 72.
 » do capitão reformado B. K. Baptista, pag. 84.
 » do alferes L. C. de Moraes, pag. 84.
 Programma ministerial, pag. 8.
 Promoção dos officiaes subalternos que por terem marchado para o Paraguay não puderão concluir os seus estudos, pags. 99, 130 e 146.
 Proposta do ministerio da fazenda, pag. 151.
 » do imperio, pag. 135.
 Reforça bancaria, pags. 146, 160, 173, 178 e 192.
 » do regimento, pags. 43, 60 e 98.
 » eleitoral, pags. 6 e 130.
 Remissão da dívida a D. E. G. de S. Pereira, pags. 120, 130 e 116.

Revogação da lei que supprimio a comarca do Rio-Verde, pag. 31.
 Sessão imperial do encerramento da assembléa geral legislativa, pag. 264.
 Subscrição para a Chorographia Historica, pags. 5 e 23.

Transferencia para um dos corpos de armas scientificas ao capitão D. A. Ferraz, pags. 85, 115 e 119.
 Tributo sobre o café, pag. 43.
 Vantagens concedidas aos voluntarios da patria, pag. 133.

APPENDICE.

Credito suplementar ao ministerio de marinha.—Discurso do Sr. José Bonifacio, pag. 267.
 Estrada de ferro de Pernambuco.—Discursos do Sr. Souza Carvalho, pags. 284 e 285.

Privilegio de industria.—Discurso do Sr. Barros Barreto, pag. 282.
 Reforma bancaria.—Discurso do Sr. C. Ottoni, pag. 283.

FIM DO INDICE.